RELATÓRIO E CONTAS 2015

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS

DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL

CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRINCIPAIS INDICADORES

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1.Enquadramento Internacional e Nacional

1.2. Setor Financeiro

2. SÍNTESE DA ACTIVIDADE

3. ACTIVIDADE BANCÁRIA

3.1. Depósitos

3.2. Créditos

3.3. Crédito e Juros Vencidos

3.4. Atividades Financeiras

4. OUTRAS ACTIVIDADES

4.1. Recursos Humanos

4.2. Gestão de Riscos

4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos

4.4. Organização e Qualidade

4.5. Instalações

4.6. Marketing

4.7. Novos Canais Eletrónicos

4.8. Relações com Emigrantes

4.9. Relações Internacionais

4.10. Atividades no Âmbito de Responsabilidade Social

5. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

5.1 Resultados do Exercício

5.2 Rendibilidade e Eficiência

5.3 Rácios Prudenciais

5.4 Provisões e Imparidades

5.5 Crédito e Juros Vencidos

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

7. NOTAS FINAIS

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Marcos Fortunato Oliveira *(INPS*)
Vice-Presidente	António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes (Geocapital)
Primeiro Secretário	Nancy Helena Almeida Cardoso Monteiro (até 16/07) Suellen Patricia Bettencourt Rodeia (a partir de 16/07) *(INPS)*
Segundo Secretário	Diogo Afonso Mendes de Almeida (Geocapital)

Conselho de Administração

Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (INPS)
Vice-Presidente	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado (Geocapital)
Vogal	Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes (até 2/03) José Maria Fernandes da Veiga (a partir de 2/03) *(INPS)*
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos *(CCV)*
Vogal	Luís Manuel Veloso de Almeida (Geocapital)
Vogal	Nuías Mendes Barbosa da Silva
Vogal	Paulo de Oliveira Lima (IMPAR)

Vogal	António Pereira Neves (a partir de 16/07)
Vogal	José Brito (a partir de 16/07)

Conselho Fiscal

Presidente	Eunice da Graça da Luz *(CCV)*
Vice-Presidente	Raimundo Duarte Monteiro *(IMPAR)* (até 16/07)
	Daniel do Rosário dos Santos *(INPS)* (a partir de 16/07)
Vogal	António Pedro Gomes Dias (a partir de 16/07)
Vogal	Itaulina das Dores Gomes Pio (suplente)

Comissão Executiva

Presidente - Emanuel Jesus Veiga Miranda

Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos

Vogal – Nuías Mendes Barbosa da Silva

DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL

Direção Financeira e Internacional	Emanuel Évora Gomes (até 27/02) Manuel Júnior (a partir de 23/03) Diretor
Direção de Informática e Comunicações	Jorge Henrique Lima Diretor
Direção Comercial Norte	Manuel Henrique Almeida Diretor
Direção Comercial Sul	Maria Júlia do Rosário Ferreira Diretora
Direção Administrativa e Recursos Humanos	Célia Santos (até 16/11) Fátima Bernardino (a partir 16/11) Diretora
Direção Operacional	Manuel Júnior (até 23/03) Ariana Ribeiro (a partir de 23/03) Diretora
Direção de Gestão de Risco	João Carlos Lopes Diretor
Gabinete de Acompanhamento e Recuperação de Crédito	Emanuel Semedo (até 30/11) Carlos Pereira (a partir de 30/11) Coordenador
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes Lobo de Pina Coordenadora
Gabinete de Auditoria Interna	Antónia Maria Resende Cardoso Coordenadora

Gabinete de Marketing	Helder da Luz (até 16/11) Elga Santana (a partir de 16/11) Coordenadora
Gabinete de Organização, Estudos e Projetos	José Luis Silva Coordenador
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Vera Lima Coordenadora
Gabinete de Função Compliance	Ariana Ribeiro (até 23/03) Domingos Semedo (a partir 06/04) Coordenador
Gabinete de Secretariado e Relações Públicas	Diva Vieira Coordenadora
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Octávio Melo Coordenador
Gabinete de Segurança	Abel Cardoso Coordenador
Assessoria da Comissão Executiva	Célia Santos (a partir de 16/11) Assessora
Gabinete Provedor do Cliente	Helder Luz (a partir de 16/11) Coordenador

---

Agência da Fazenda	Denise Santos (até 16/11) Dulce Barros (a partir de 16/11) *Gerente*
Agência do Plateau	Eurizandra Semedo (até 16/11)

	Ana Correia (a partir de 16/11)
	Gerente
Agência de Assomada	António Alvarenga
	Gerente
Agência Achada de Santo António	Dulce Barreto (até 16/11)
	Iveth Carvalho (a partir de 16/11)
	Gerente
Agência dos Espargos	Júlia Maria dos Santos (até 21/12)
	Crisolita Oliveira (a partir de 21/12)
	Gerente
Agência de Santa Maria	Carla Carvalhal
	Gerente
Agência do Aeroporto *Amílcar Cabral*	Júlia Maria dos Santos (até 21/12)
	Crisolita Oliveira (a partir de 21/12)
	Gerente
Agência de Mindelo	Águeda Cardoso da Graça (até 15/10)
	Elisabete Gama (a partir de 16/11)
	Gerente
Agência de Monte Sossego	Edmar Vasconcelos
	Gerente
Agência da Ribeira Grande	Manuela Maria Santos Delgado
	Gerente
Agência de Palmarejo	Amílcar Almeida (até 16/11)
	Marise Jardim (a partir de 16/11)
	Gerente
Agência de S. Filipe (Fogo)	Katia Pinheiro
	Gerente

Agência da Calheta de S. Miguel	Claudelino Dias Gerente
Agência do Aeroporto da Praia	Eurizandra Semedo (até 16/11) Ana Correia (a partir de 16/11) *Gerente*
Agência do Sucupira	Denise Santos (até 16/11) Dulce Barros (a partir de 16/11) *Gerente*
Agência de Achada S. Filipe (Praia)	Ivete Carvalho (até 16/11) Flávio Martins (a partir de 16/11) *Sub-Gerente*
Agência do Tarrafal (Santiago)	Emiliano Costa *Gerente*
Agência de Fonte Cónego	Luís Sousa *Sub-Gerente*
Agência do Coculi	Manuela Maria Santos Delgado *Gerente*
Agência do Paúl	Manuela Maria Santos Delgado *Gerente*
Agência do Aeroporto da Boa Vista	Alcino Almeida *Gerente*
Agência de Sal-Rei	Alcino Almeida *Gerente*
Agência de Santa Cruz	José Jorge Silva *Gerente*
Caixa Empresas	Katia Antunes (até 16/11) Eurizandra Semedo (a partir de 16/11)

	Gerente
Agência dos Mosteiros	Katia Pinheiro
	Gerente
Agência de Porto Novo	Armindo Luz (até 16/11)
	Denise Delgado (a partir de 16/11)
	Gerente
Agência do Maio	Carlos Martins
	Gerente
Agência de Rª Brava	José Moreno
	Gerente
Agência Tarrafal (S.Nicolau)	José Moreno *Gerente*
Agência Sede (Praia)	Carlos Gonçalves Sub-Gerente
Agência Private Banking	Dilza Soulé
	Gestora de Clientes
Agência Achada Grande	Edna Pina (a partir de 14/12)
	Sub-Gerente

Carta do Conselho de Administração

Estimados Acionistas, Clientes e Amigos,

O exercício de 2015, não obstante o país ter registado uma taxa de crescimento económico ainda aquém das taxas registadas nos anos que antecederam a crise financeira internacional, significou para a Caixa a confirmação da linha ascendente do seu crescimento e da melhoria de indicadores de gestão e indicadores prudenciais evidenciados nos últimos três anos, e, ainda, evidenciou ganhos importantes no percurso da sua afirmação como o melhor banco em Cabo Verde.

A Caixa, além de continuar a ser depois de 4 anos o único banco em Cabo Verde com certificação em ISO 27001 e ISO 9001, sistema de gestão de segurança de informação e sistema de gestão da qualidade, respetivamente, detém a maior rede comercial do setor com 33 balcões e 3 postos (nos CCV), e ocupa o primeiro lugar no que se refere ao número de cartões bancários (débito mais crédito) emitidos e em circulação. A Caixa ocupa, também, uma posição de destaque no que se refere à densidade dos canais eletrónicos de distribuição.

A aposta em planos estratégicos ambiciosos desde de 2009 a esta parte, assente numa visão clara de transformar a Caixa no melhor banco em Cabo Verde e numa instituição fortemente engajada no processo de desenvolvimento do país, e, ainda, ciente das suas responsabilidades enquanto banco de matriz nacional e com um passado de cerca 88 anos em prol do desenvolvimento da nação cabo-verdiana, vem afirmando a Caixa, ano após ano, não só como uma das referências máximas do setor financeiro nacional, mas também como um exemplo bem-sucedido em matéria de gestão empresarial. Prova disso são os vários galardões e nomeações a nível internacional recebidos nos últimos anos, designadamente, o prémio Mercator e a distinção como melhor banco em Cabo Verde por várias organizações especializadas, nomeadamente, The Winner Awards da

Magazine Top International Business – Brasil, Global Banking & Finance Review Awards; Europe Business Assembly Awards – Londres; Capital Finance International – Londres; o World Finance Banking Awards – Londres.

Não obstante os nefastos reflexos da crise financeira e económica mundial na economia cabo-verdiana que teima a persistir, a Caixa conseguiu durante o exercício económico de 2015 prosseguir o seu percurso de afirmação e consolidação da sua posição no mercado, ao mesmo tempo que vem consolidando e fortalecendo a sua situação financeira e económica, tendo alcançado resultados globalmente satisfatórios face à evolução ainda não muito positiva da economia nacional em 2015, explicada, sobretudo, pela tímida retoma das economias dos países que formam o principal polo de cooperação e relações económicas e comerciais de Cabo Verde, designadamente os países da União Europeia e os EUA. Este processo de consolidação em curso permite perspetivar um crescimento robusto e equilibrado da sua atividade para o futuro.

Os resultados alcançados, tanto no plano económico e financeiro, quanto no plano da atividade comercial, foram construídos no quadro do Plano Estratégico aprovado para o quadriénio 2013-2016, o qual definiu três objetivos: 1) Posicionar a Caixa como o melhor banco do país em termos de capacidade de resposta aos Clientes, rentabilidade financeira para os Acionistas, ambiente laboral para os Colaboradores, e relacionamento com a Comunidade; 2) Baixar o rácio Cost-to-Income para menos de 55%; 3) Crescer no segmento Emigrante acima de 50%.

Para a prossecução dos objetivos atrás referidos, elegeram-se quatro eixos prioritários de intervenção: Consolidação, Eficiência, Diversificação, e Internacionalização. No quadro do Plano Estratégico e dos mencionados eixos, as atividades da Caixa em 2015 centraram-se, tal como nos últimos três anos, no eixo AEIOU: Agressividade, Eficiência, Inovação, Organização e Unificação, e o objetivo prioritário para o exercício de 2015 foi o incremento do negócio e rendibilidade. Este objetivo foi alcançado, tendo a Caixa

superado a meta orçamental estabelecida para alguns indicadores. Provas disso são os crescimentos de 5% e 12,5% verificados ao nível de captação de recursos de clientes e crédito líquido, respetivamente, e o aumento da ROE (Rendibilidade dos Capitais Próprios) de 6,19% para 10,9%.

Assim, em resultado das prioridades definidas para 2015, não obstante a situação pouco favorável da conjuntura económica e financeira nacional e internacional, a qual contribuiu para a degradação da capacidade de certos clientes honrarem regularmente o serviço da dívida junto da Caixa, o Rácio de Crédito Vencido baixou em 2pp face a 31 de Dezembro de 2014 e os Resultados Líquidos do exercício fixaram-se em 425 mil contos, o maior resultado do sistema bancário em 2015, representando um aumento na ordem dos 85% face a 2014, contribuindo para que os Fundos Próprios tivessem um aumento de 6,9% e o Rácio de Solvabilidade tivesse melhorado ainda mais, passando de 15,19% para 16,44%.

No respeitante às atividades, a Caixa viu o seu Ativo Líquido registar um crescimento de 4,7% contra os 7,7% registado em 2014, para atingir os 56.924 mil contos, fruto, essencialmente, do crescimento verificado no Crédito Líquido.

A evolução registada nos depósitos e créditos permitiu que a Caixa atingisse em 31 de Dezembro de 2015 uma quota do mercado (crédito + depósito) de 33%, coroando, assim, uma trajetória que partiu de uma quota de 27% em 2008.

Ademais, prosseguiu-se, na linha dos últimos anos, com a criação das condições humanas, físicas, tecnológicas e institucionais com vista à materialização de todos os projetos que fazem parte da do Plano Estratégico para 2013-2016.

Com a implementação paulatina dos projetos previstos no Plano Estratégico, considerando as perspetivas de alguma retoma da economia mundial e as previsões de crescimento económico, para Cabo Verde para os próximos anos, aliados à abnegação

e engajamento total que os trabalhadores da Caixa têm demonstrado no desempenho das suas funções, o Conselho de Administração continua, pois, confiante de que a Caixa, em 2016, vai enfrentar com sucesso os desafios que se lhe colocam, designadamente o incremento da sua carteira de crédito tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Estamos, pois, em crer que as medidas e ações materializadas em 2015 contribuíram para o reforço das condições básicas necessárias para o banco seguir o seu processo de desenvolvimento, com base em inovação e modernização das suas infraestruturas físicas, tecnológicas, mas também dos processos de negócios e estrutura organizacional e, ainda, na aposta forte na valorização e motivação dos seus Recursos Humanos. Assim sendo, acreditamos que a Caixa vai poder reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado para, deste modo, continuar a criar cada vez mais valor para os seus acionistas, trabalhadores e sociedade, a um nível que a todos satisfaça.

Para concluir, dirigimos palavras de agradecimento aos nossos Clientes pela sua preferência, aos Acionistas pela confiança depositada em nós, e, muito em especial, aos estimados Colaboradores pelo inesgotável profissionalismo e lealdade que demonstraram ao longo do ano.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à Caixa Económica de Cabo Verde.

Aos membros do Conselho Fiscal o nosso agradecimento pelo profissionalismo evidenciado no acompanhamento da nossa Instituição.

O Conselho de Administração

_____

Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda

_____

Vice – Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

_____

Vogal - José Maria Fernandes da Veiga

_____

Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos

_____

Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida

_____

Vogal – Paulo de Oliveira Lima

_____

Vogal – Nuias Mendes Barbosa da Silva

_____

Vogal – Antonio Pereira Neves

_____

Vogal - José Brito

Quadro I - PRINCIPAIS INDICADORES

	Unidade	2014	2015
1. Dimensão			
- Activo Líquido	**Contos**	54 382 292	56 923 838
Variação	**%**	7,35	4,67
- Recursos Próprios (Capital + Reservas + Result)	**Contos**	3 767 519	4 025 844
- Crédito s/ Clientes (líquido)	**Contos**	34 655 369	38 999 011
- Recursos de Clientes	**Contos**	49 322 386	51 770 084
- Trabalhadores		313	333
- Agências e outras formas de Representação	**Unidades**	35	36
- Agências	**Unidades**	32	33
- Delegações nos Correios	**Unidades**	3	3
2. Rendibilidade			
- Resultados Líquidos do Exercício	**Contos**	230 132	425 365
- Cash Flow do Exercício	**Contos**	619 656	679 510
- ROA (Resultado Liq/Activo Liq Médio)	**%**	0,44	0,76
- ROE (Resultado Liq/Capitais Próprios Médios)	**%**	6,19	10,92
3. Prudenciais			
- Fundos Próprios (Aviso BCV)	**Contos**	3 700 219	4 001 265
- Rácio de Solvabilidade (Aviso BCV)	**%**	15,19	16,44
- Rácio do Imobilizado Liq (Imobilizado Liq./F.Próprios)	**%**	161,12	183,95
- Rácio Transformação (Crédito/Depósitos _Aviso BCV)	**%**	73,25	73,25
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	**%**	17,97	15,19
- Imparidades Créd Vencido/Créd Vencido (s/Titulos)	**%**	51,92	54,45
- Imparidades Créd Vencido/Créd Vencido (c/Titulos)	**%**	52,17	54,83
- Indicador Qualidade Crédito (Circular Série "A" nº150/DSE/2009)	**%**	7,63	7,43
- Crédito em Risco (Circular Série "A" nº 166 de 2012.11.02)	**%**	12,14	10,02
4. Funcionamento			
- Custos Operativos/Prod Banc (cost to income)	**%**	77,24	70,76
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	**Contos**	5 942	6 179
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	**Contos**	1 989	2 104
- Cash Flow/ Recursos Próprios médio	**%**	16,7	17,4
- Cash Flow/ Activo Líquido Médio	**%**	1,2	1,2

1. Considerações Gerais

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CAIXA), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral e aos Acionistas o Relatório e as Contas referentes ao Exercício de 2015.

1.1. Enquadramento Internacional e Nacional

1.1.1. Conjuntura Internacional

A economia mundial continua a crescer a um ritmo moderado, o que poderá estar a refletir mudanças na dinâmica de crescimento nas diferentes regiões. Em geral, os indicadores recentes da conjuntura internacional indicam um abrandamento da atividade económica mundial, explicada essencialmente pela queda do preço do petróleo e expectativas de apreciação do dólar norte-americano.

Neste contexto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) de acordo com o seu relatório de Perspetivas Económicas Mundiais de Outubro de 2015, estima que a economia mundial terá crescido 3,1% em 2015 (0,3 pontos percentuais abaixo do valor observado em 2014). O FMI aponta que este resultado reflete a queda dos preços das *commodities* (bens e serviços) como um dos principais fatores para o que classifica de "crescimento moderado e desigual" da economia mundial, com impacto negativo nas economias emergentes e em desenvolvimento. Para 2016 prevê-se que a economia mundial cresça 3,6%.

Referindo-se às economias emergentes, o FMI projetou um crescimento de 4,0% e 4,5%, para 2015 e 2016, respetivamente. O Fundo avança que o abrandamento da atividade económica nas economias emergentes espelha a redução do preço das matérias-primas, à possibilidade de aumento dos juros nos Estados Unidos e as mudanças na política monetária chinesa, o que fará com que a economia mundial fique mais resiliente em relação ao aumento das incertezas enfrentadas atualmente.

Quanto às economias avançadas, a previsão para 2015 foi de 2,0% (0,2 pontos percentuais acima do valor registado em 2014) e 2,2% para 2016.

A fraca dinâmica da atividade económica e do comércio mundial, num cenário da baixa de preços das *commodities*, tem resultado numa redução das pressões inflacionistas. Em 2015, estima-se uma queda da inflação nas economias avançadas para níveis próximo de zero, refletindo a queda do preço do petróleo, a variação do índice de preços no consumidor situou-se em 0,2%, contra 0,6% registado em 2014. As previsões para 2016 apontam para um agravamento da taxa de inflação na generalidade das economias avançadas, esperando-se um aumento para 1,1%, um nível, em termos gerais, abaixo das metas de inflação dos Bancos Centrais.

O cenário é idêntico para o conjunto das economias emergentes e em desenvolvimentos, sobretudo, nos países exportadores de *commodities* e com uma expressiva procura interna. As estimativas indicam que o IPC registou uma variação de 5,6%, em 2015, amplamente suportada pela situação económica da Venezuela e Ucrânia.

Nos mercados das matérias-primas, o preço do barril de brent acentuou o perfil de queda iniciado no início do ano até Setembro, registando uma diminuição homóloga de 46%, explicada particularmente pela manutenção da produção da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), também pela produção do petróleo xisto pelos EUA, num contexto de ponderação da procura da China e países vizinhos e manutenção

de níveis analogamente confortáveis de reservas por parte das economias importadoras.

O preço de produtos alimentares, de acordo com o índice de preços da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), permaneceu com uma tendência de queda de Janeiro a Setembro de 2015, tendo registado uma variação homóloga negativa de 18,9%. Esta evolução deriva, essencialmente, da diminuição acentuada dos cinco principais bens alimentares – cereais, carnes, produtos lácteos, óleos e açúcares.

Relativamente aos mercados financeiros internacionais são de realçar algumas perturbações nas principais praças financeiras, devido às incertezas em torno das perspetivas mundiais sobre as economias emergentes.

Estados Unidos da América (EUA)

Nos EUA, o Produto Interno Bruto (PIB) desacelerou em 2015, registando um crescimento anualizado de 1,5%, de acordo com as estimativas divulgadas pelo departamento de análises económicas (Bureau of Economic Analysis). O FMI realça que a economia norte-americana continua a apresentar sinais de fraca recuperação económica, e estima um crescimento de 2,6% em 2015 e 2,8% para 2016.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego situou-se nos 5% em Outubro. A inflação aumentou 0,2 pontos percentuais, em Outubro, situando-se nos 0,2%. Este cenário do IPC continua a refletir a evolução dos preços dos produtos energéticos e alimentares.

Em termos de política monetária, no dia 17 de Setembro de 2015, o Commité do Mercado Aberto da Reserva Federal decidiu manter as taxas referência dos fundos federais (fed funds) perto de zero, no intervalo [0%-0,25%], devido à desaceleração da China e as incertezas económicas mundiais.

Zona Euro

Quanto ao desempenho do principal parceiro económico do país, a Zona Euro, as previsões do FMI apontam para um crescimento em torno de 1,5% para 2015 (+0,6 pontos percentuais do valor registado em 2014) e 1,6% para 2016. A situação económico-financeira da Zona Euro continua fortemente condicionada pela confiança dos consumidores e das empresas e pelos programas de ajustamento económico e financeiro que constituem um grande risco para a economia mundial. Esta lenta recuperação também é justificada pelas incertezas sobre as questões relativas à gestão das dívidas soberanas e emergência das eleições em algumas economias, e os riscos de impacto negativo sobre a economia alemã e francesa, os dois maiores exportadores da região, em resultado das perspetivas de desaceleração da economia chinesa.

Quanto aos indicadores de conjuntura, estes sinalizam melhorias na atividade económica. O índice de sentimento económico registou um valor médio de 104,6 no terceiro trimestre de 2015, ante 103,7 valores registados no segundo trimestre e a confiança no consumidor ficou nos -7,5% em Outubro. A nível de preços, a inflação homóloga medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), foi de 0,1% em Outubro (-0,1% registado em Setembro). Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego diminuiu para 10,6%, ante 10,8% em Setembro.

No que respeita às decisões de política monetária, na reunião de 05 de Setembro, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter as taxas de juro diretoras inalteradas. Deste modo, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento situa-se em 0,05%, a taxa referente à facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,3% e a relativa à facilidade permanente de depósito que desceu para -0,2% em Junho de 2015.

China

Relativamente à China, a economia continua a abrandar. No terceiro trimestre de 2015, o PIB real cresceu 6,9% (ritmo anual), implicando uma desaceleração de 0,1p.p face ao

trimestre anterior, e de 0,3p.p em relação a 2014. Estes valores continuam a apontar para o arrefecimento da segunda maior economia do mundo, que, pela primeira vez nos últimos seis anos, desde o segundo trimestre de 2009, em que o crescimento do PIB chinês ficou abaixo dos 7%. Em 2015, as estimativas do Fundo apontam que a economia chinesa cresceu 6,8%, valor inferior em 0,5 p.p. ao registado em 2014. A nível da esfera nominal, a taxa de inflação foi de 1,3% em Outubro (ante 1,6% em Setembro) e o desemprego manteve-se nos 4%.

Japão

No Japão a atividade económica recuperou-se a um ritmo moderado, de acordo com as previsões do FMI. A economia Japonesa terá crescido 0,6% em 2015 (0,5p.p acima do valor registado em 2014), impulsionada por fortes medidas de estímulo económico.

Realça-se que, devido à relação comercial e de proximidade entre o Japão e a China, a economia japonesa também poderá ser afetada pelo abrandamento do PIB chinês. Os riscos de agravamento do crescimento reforçam-se, quando considerada a necessidade de melhorar a situação da dívida, que poderá levar à adoção de ajustamentos fiscais recorrentes, via agravamento de impostos.

Brasil

De acordo com o relatório divulgado pelo FMI, a economia Brasileira recuou 3,0% em 2015 (2,9p.p. abaixo do valor registado em 2014), justificado essencialmente pela deterioração das condições políticas da economia do país. Segundo o FMI, essa recessão reflete o ajustamento nos preços praticados e a depreciação da taxa de câmbio, com o real desvalorizado perante o dólar.

Quanto ao nível de preços e as condições da mão-de-obra, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a inflação situou-se nos 9,93% em Outubro de 2015 e a taxa de desemprego foi de 7,9%, ante 7,6% em Setembro.

África Subsaariana

Em 2015, os países da Africa Subsaariana foram afetados pelos preços baixos das *commodities*. O abrandamento da procura global e os problemas estruturais internos influenciaram a atividade económica na região, principalmente nos países que exportam e importam petróleo. De facto, o FMI tem registado um abrandamento da economia da África Subsaariana, de acordo com as estimativas de 2015, que refletiu uma revisão em baixa de 1,2p.p, quando comparado com o crescimento de 5% registado em 2014. Para 2016 prevê-se um crescimento de 4,3%.

Em suma, as estatísticas disponíveis espelham um abrandamento da atividade económica global em 2015 e alguma melhoria das condições nos mercados financeiros. De acordo com o Banco de Cabo Verde, no seu relatório de política monetária de Dezembro, as economias avançadas tem sustentado o crescimento económico mundial, contribuindo, assim, para uma ligeira melhoria do enquadramento externo nacional, impulsionado pela redução dos preços das matérias-primas, pela manutenção de condições de financiamento acomodatícias, por algum alívio na política de consolidação orçamental, bem como pela melhoria das condições dos seus mercados de trabalho.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores macroeconómicos internacionais.

Quadro II - Evolução dos Principais Indicadores Macroeconómicos Internacionais

	PIB real (%)			Inflação (t.v.h. Dez %)			Taxa de Desemprego (%)		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
	Estimativa	Projecções		Estimativa	Projecções		Estimativa	Projecções	
Economia Mundial	**3,4**	**3,1**	**3,6**	-	-	-	-	-	-
Economias Avançadas	**1,8**	**2,0**	**2,2**	**0,6**	**0,2**	**1,1**	**10,2**	**9,6**	**9,2**
EUA	2,4	2,6	2,8	1,6	0,1	1,1	6,2	5,3	4,9
Zona Euro	0,9	1,5	1,6	0,4	0,2	1,0	11,6	11,0	10,5
Alemanha	1,6	1,5	1,6	0,8	0,2	1,2	5,0	4,7	4,7
França	0,2	1,2	1,5	0,6	0,1	1,0	10,3	10,2	9,9
Portugal	0,9	1,6	1,5	-0,2	0,6	1,3	13,9	12,3	11,3
Japão	-0,1	0,6	1,0	2,7	0,7	0,4	6,2	5,6	5,5
Economias Emerg. e em Desenlvimento	**4,6**	**4,0**	**4,5**	**5,1**	**5,6**	**5,1**	-	-	-
Brasil	0,1	-3,0	-1,0	6,3	8,9	6,3	4,8	6,6	8,6
China	7,3	6,8	6,3	2,0	1,5	1,8	4,1	4,1	4,1
África Sub-Sahariana	5,0	3,8	4,3	6,4	6,9	7,3	-	-	-
Cabo Verde	1,8	3,5	3,7	-0,2	1,0	2,5	12,0	10,0	9,0

Fonte: Perspetivas Económicas Mundiais, FMI, Outubro 2015 e Banco de Cabo Verde, RPM, Dezembro 2015.

1.1.2. Conjuntura Nacional

Os dados disponíveis dos indicadores da atividade económica apontam para um abrandamento do ritmo do crescimento da economia nacional. Os indicadores de conjuntura do terceiro trimestre, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, apontam que houve melhoria no ritmo de crescimento económico. O indicador da conjuntura passou para -11 após ter-se situado em -14 no segundo trimestre de 2015. Destaca-se que a conjuntura é desfavorável na maioria dos ramos de atividade, com exceção do comércio em estabelecimento, comércio em feira e da indústria transformadora. Realça-se também que as dificuldades financeiras e o excesso de burocracias continuam a condicionar o ambiente de negócios.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou para 3,5% o crescimento da economia cabo-verdiana em 2015, percentagem que subirá para 3,7% em 2016.

De acordo com as projeções publicadas no Relatório de Politica Monetária de Dezembro do Banco de Cabo Verde, o crescimento da economia cabo-verdiana em 2015 situou-se no intervalo de 1% a 2%, sustentado pela melhoria do cenário macroeconómico, coadjuvado essencialmente pela retoma da procura turística e do rendimento disponível das famílias, e também pelo ligeiro aumento do acesso ao crédito concedido ao setor privado.

O indicador de consumo reforçou a sua tendência de recuperação, suportada não só pela evolução positiva das remessas de emigrantes (19,9% em termos homólogos até Setembro) mas também pelas despesas públicas com benefícios sociais e de outras despesas públicas correntes (8,7% e 35,8% em termos homólogos até Setembro, respetivamente), compensadas pelo aumento da taxa do IVA para 15,5%, contribuíndo assim para suportar algum aumento do rendimento disponível das famílias e, por conseguinte, do consumo privado.

O comportamento da inflação manteve uma evolução positiva ao longo do ano de 2015, mas continuou a refletir o cenário da inflação importada. A inflação homóloga evoluiu positivamente desde Abril, situando-se em Outubro de 2015 em 0,4%, espelhando essencialmente alguma pressão crescente, resultante da redução da produção local de frescos consequentemente a seca registada em 2014 e o aumento do IVA para mais 0,5%.

As contas externas assinalaram, em 2015, uma significativa contração do défice da balança corrente, explicada pelo aumento significativo das remessas de emigrantes e dos donativos atribuídos ao Governo Central, e também pela retoma do crescimento das receitas de turismo e diminuição do preço e volume das importações de bens. Porém, esta evolução não foi suficiente para compensar o acréscimo das aplicações

bancarias no exterior e a diminuição dos desembolsos líquidos da divida pública, contribuindo, assim, para uma queda das reservas internacionais do país na ordem dos 36 milhões de euros. Não obstante, o valor acumulado das reservas internacionais líquidas do país mantiveram a sua almofada de conforto, permitindo garantir cerca de cinco meses de importações de bens e serviços em 2015.

As remessas dos emigrantes evoluíram positivamente, explicado essencialmente pela melhoria progressiva das condições dos mercados de trabalho dos principais países que acolhem a diáspora cabo-verdiana, pela redução dos juros nos países europeus e apreciação do dólar americano, que proporcionaram, em boa medida, o crescimento em mais de 50% das transferências unilaterais dos emigrantes para apoiarem as vitimas da erupção vulcânica e da seca que afetaram o país.

O acréscimo de 25% do excedente das transferências correntes é explicado essencialmente pelo aumento dos donativos atribuídos ao Estado de Cabo Verde para apoiar na reconstrução e infraestruturação da localidade afetada pela erupção vulcânica na ilha do Fogo.

A retoma das receitas brutas de turismo, apesar do contexto menos favorável dos serviços da transportadora aérea nacional e pelo receio do contágio do ébola, é explicada pela melhoria das receitas com a prestação de serviços de comunicação, pelo aumento do excedente de serviços em cerca de 6% (-12% registado no período homólogo), e também pelo aumento da oferta turística e melhoria contínua da situação económica dos países emissores de turistas para Cabo Verde.

Realça-se que a diminuição das importações de mercadorias, justificada essencialmente pelo efeito preço em 79%, contribuiu para a redução das exportações de mercadorias e reexportação de combustíveis, facilitando a diminuição do défice comercial de bens em cerca de 3%.

A massa monetária, em 2015, de acordo com os dados provisórios do Banco de Cabo Verde, cresceu 5,5%, em termos homólogos até Outubro, explicada não só pela melhoria contínua da posição externa do país, mas também pelo ligeiro aumento do crédito interno liquido.

Os ativos externos líquidos do país, em 2015, registaram um aumento de 7,8% até Outubro, explicado pelo crescimento de 4,5% do *stock* das reservas internacionais líquidas e pelo crescimento de 19% das aplicações dos bancos comerciais de curto prazo no exterior, coadjuvado pela diminuição de 24% dos seus passivos de médio e longo prazo (24%). O crédito interno líquido aumentou ligeiramente 2,5% até Outubro, tendo sido o abrandamento do recurso do Estado ao endividamento interno o principal propulsionador desta melhoria.

Relativamente ao financiamento do sector privado, a transmissão das medidas expansionistas de política monetária adotadas pelo Banco de Cabo Verde em Fevereiro de 2015 permaneceram aquém do desejável, de acordo com os resultados do inquérito à política de crédito realizada pelo Banco Central trimestralmente junto a seis bancos nacionais, que apontam, apesar de excesso de liquidez da maioria dos bancos nacionais, o acesso ao crédito continua a ser condicionado, registando-se, contudo, algum alívio nas condições de concessão de crédito e aumento do crédito concedido a particulares e a algumas empresas não financeiras privadas.

Perspetivas para 2016

Para 2016, perspetiva-se um fortalecimento da dinâmica da atividade económica. De acordo com as projeções publicadas no Relatório de Politica Monetária de Dezembro do Banco de Cabo Verde, o crescimento real da economia cabo-verdiana para 2016 encontra-se fixada no intervalo de 2,5% e 3,5%, impulsionado pela continua recuperação do poder de compra das famílias, coadjuvado pelas expetativas positivas em relação às transferências externas para o apoio familiar, do aumento dos benefícios

e apoios sociais suportados pelo Governo Central e de alguma melhoria das condições de mercado de trabalho.

Quanto à taxa de inflação, com o perfil descendente da inflação importada, projeta-se uma subida da taxa de inflação média anual para o intervalo de 0,6% e 1,1% para 2016, explicada essencialmente pela expectativa positiva em relação ao ano agrícola.

Relativamente as exportações de bens e serviços, estes deverão beneficiar-se em 2016 da recuperação económica dos principais mercados de exportação cabo-verdiana e do aumento da oferta no setor turístico.

Projeta-se um aumento do crédito à economia para 2,9% em 2016, no atual cenário de manutenção das orientações acomodatícias de política monetária, favorecida pelo cofinanciamento de projetos turísticos de investidores estrangeiros, pela contínua e gradual recuperação do balanço dos bancos, pela procura de financiamento por parte dos pequenos empresários e pela operacionalização da CVGarante.

Em síntese, o enquadramento externo da economia cabo-verdiana permanece menos desfavorável, não obstante o aumento dos riscos e incertezas. Desde logo, porque as perspetivas do crescimento económico e de melhoria das condições de financiamento dos principais parceiros de Cabo Verde favorecem algum otimismo quanto à evolução do investimento externo e da procura externa líquida do país. Realça-se alguns constrangimentos administrativos que poderão influenciar as perspetivas económicas, consequentes das eleições de 2016, que também compõem um risco para a realização dos projetos previstos serem financiados pelo investimento direto estrangeiro nesse ano.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores macroeconómicos nacionais.

Quadro III – Principais Indicadores da Economia Cabo-verdiana

Indicadores/Unidades		Novembro/15	
	2014	2015	2016
	Estimativa	Projecções	
Setor Real			
PIB real (variação em %)	1,8	[1,0 2,0]	[2,5 3,5]
IPC (vma em %)	-0,2	[0,0 0,2]	[0,6 1,1]
Setor Externo			
Défice Corrente (variação em % do PIB)	8,7	5,6	7,5
RIL/Importações (meses)	5,5	5,2	4,9
Setor Monetário			
Ativo Externo Líquido (variação em %)	21,8	-1,4	-1,2
Crédito à Economia (variação em %)	-0,2	2,0	2,9
Massa Monetária (variação em %)	7,3	4,1	4,0

Fonte: Banco de Cabo Verde, RPM, Dezembro 2015.

1.2. Sector Financeiro

A evolução da economia cabo-verdiana foi, em 2015, muito condicionada pelo contexto internacional que, apesar de alguns sinais positivos, continua desfavorável.

Em Cabo Verde, as consequências da crise internacional refletem-se sobretudo na redução dos fluxos do investimento direto estrangeiro e das remessas dos emigrantes.

De notar ainda o continuo abrandamento da dinâmica económica influenciada pela queda da confiança dos agentes económicos com reflexo direto na atividade dos bancos mormente na concessão de crédito.

É neste contexto que o Banco de Cabo Verde, com o intuito de estimular o crédito à economia e favorecer o crescimento económico do país, anunciou algumas medidas de afrouxamento monetário. Assim, o Conselho de Administração, reunido no dia 12 de

Fevereiro de 2015, deliberou as seguintes medidas de política monetária e de natureza prudencial, que entraram em vigor no dia 16 do mesmo mês:

- Redução da taxa de reservas mínimas de caixa de 16% para 15%;
- Redução da taxa diretora, passando dos atuais 3,75% para 3,50%. Consequentemente, as taxas indexadas passam a apresentar a seguinte alteração:
  - taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez - de 6,75% para 6,50%;
  - taxa de facilidade de absorção de liquidez - de 0,5% para 0,25%;
- Alargamento do prazo para a alienação dos imóveis recebidos pelos bancos em doação, de 2 para o máximo de 5 anos, com abate escalonado aos fundos próprios.

Realça-se que os efeitos na economia permaneceram aquém do desejável. Após a aplicação destas medidas expansionistas de política monetária pelo Banco de Cabo Verde, apesar da liquidez dos bancos, o acesso ao crédito em 2015 continuou condicionado.

Nos últimos cinco anos, com o enfraquecimento da atividade económica e a elevada taxa de desemprego, os níveis de incumprimento cresceram consideravelmente, daí a necessidade de reforço das imparidades e das exigências do Banco Central que, aliado à persistência de incertezas e eminência de novos riscos, justificam, quer a redução da oferta de crédito, quer a tendência ascendente das taxas de juro dos empréstimos de curto prazo por parte dos bancos comercias.

Consequentemente, o funding dos bancos manteve um perfil ascendente ao longo de 2015, reforçando a posição de liquidez dos bancos. Depreende-se daqui que a liquidez, outrora fator mais relevante na concessão de crédito, hoje revela-se por se só insuficiente, ou seja, não basta só ter liquidez, mas é preciso um conjunto de condições sócio económicas favoráveis.

Em 2015, a Bolsa de Valores de Cabo Verde continuou com a sua dinâmica de acalorar a economia, com as suas cotações e gestão das emissões de títulos do tesouro.

1.2.1. CAIXA no Setor Financeiro Cabo-verdiano

A CAIXA é parte integrante da história de Cabo Verde e é, dentro do sistema financeiro nacional, expressão institucional do melhor dos valores cabo-verdianos. A CAIXA é hoje, também, um projeto de grande envergadura que afirma a capacidade e competência dos Cabo-verdianos e que, nessa medida, se identifica com a singular história de sucesso que tem sido a construção do País.

Em termos de estrutura acionista da instituição, em 31 de Dezembro 2015, o seu Capital Social estava distribuído conforme evidenciado no quadro abaixo:

Quadro IV – Estrutura Acionista

Entidade	Nº de Ações	Percentagem
Instituto Nacional de Previdência Social	453.532	32,6%
Geocapital, Soc. Gestão de Participações	381.904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210.749	15,1%
Impar, Companhia Cabo-verdiana de Seguros	168.032	12,1%
Outros Subscritores e Trabalhadores	177.783	12,8%
Total	**1.392.000**	**100,0%**

A cotação das ações da CAIXA oscilou ao longo do ano, entre os 3.000$00 e os 3.100$00, tendo fechado 2015 a registar 3.100$00 por cada ação.

Trata-se de um exercício que ficou marcado pelo fecho das contas dentro do prazo estabelecido, por uma situação de liquidez bastante favorável e uma participação bastante positiva nos leilões realizados em 2015.

Para a CAIXA, o tempo a perseguir é, tal como o tempo a seguir de Cabo Verde: o do desenvolvimento, do crescimento e da projeção internacional. E é por tudo isso que, como nenhuma outra instituição de crédito, a CAIXA combina com Cabo Verde e com os Cabo-verdianos.

2. Síntese da Atividade

Apesar da evolução da atividade económica pouco favorável, motivada pelo contexto internacional, a CAIXA conseguiu melhorar os seus indicadores rendibilidade e prudenciais.

Num contexto de forte concorrência e baixa procura, a CAIXA continua a apostar na melhoria contínua dos produtos e serviços que oferece para fidelizar os seus clientes, ganhar novos negócios e aproveitar novas oportunidades. Neste âmbito, conseguiu angariar 15.190 novos Clientes, totalizando, em Dezembro de 2015, 290.916 clientes, conferindo uma evolução positiva face a 2014 (275.726 clientes) de 5,51%.

Assim, dando sequência à política de proximidade e expansão da rede de agências, para melhor servir os clientes, a CAIXA inaugurou a sua agência em Achada Grande, mais concretamente no perímetro da Enapor, no Porto da Praia - ilha de Santiago, totalizando 33 balcões, passando a estar disponível para os clientes dos segmentos empresas e particulares e a população em geral que reside ou labora na localidade.

Em Dezembro de 2015, a CAIXA passou a ter uma nova estrutura orgânica, com a segmentação de clientes – Particulares, Empresas e Microcrédito – com destaque para

a integração do serviço de microcrédito na atividade da CAIXA, que ficou na dependência da Direção Comercial.

A nível da atividade, não obstante o enquadramento externo da economia permanecer adverso, embora não o desejado principalmente a nível da atividade creditícia, ainda assim, a CAIXA conseguiu um desempenho positivo. Os Depósitos de Clientes e Outras Instituições de Crédito (IC's), excluídos os Títulos e Juros, alcançaram 46.980.287 mil escudos, registando assim um aumento de 5,6% (2.501.405 mil escudos) relativamente a 2014. O Crédito Bruto a Clientes, excetuando os Títulos, Juros e despesas vencidas, também registou uma evolução positiva ao atingir os 30.017.950 mil escudos, em Dezembro de 2015, ou seja, um aumento de 7,1% (1.994.401 mil escudos), não obstante a fraca evolução da procura e forte concorrência.

O Ativo Líquido totalizou 56.923.838 mil escudos em Dezembro de 2015, evidenciando um crescimento de 4,67% (2.541.546 mil escudos), face à igual data em 2014, explicado sobretudo pelo Crédito Líquido a Clientes que aumentou 12,53% (4.343.642 mil escudos), em grande medida devido à carteira de Títulos com mais 2.180.044 mil escudos (23,5%). Por seu turno, a rubrica Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais diminuiu 12,1% (1.370.383 mil escudos). O Passivo cresceu 4,51% (2.283.221 mil escudos), totalizando 52.897.993 mil escudos. Esta evolução deveu-se essencialmente aos Recursos de Clientes que aumentaram 5,0% (2.447.697 mil escudos).

O Resultado Líquido do Exercício, que, em Dezembro de 2014, tinha registado 230.132 mil escudos, atingiu em Dezembro de 2015 os 425.365 mil escudos, evidenciando um acréscimo de 84,8% (195.233 mil escudos). Consequentemente, a Rendibilidade dos Ativos (ROA), indicador da eficácia da instituição, passou de 0,44%, em 2014, para 0, 76%, em 2015. Igualmente, a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) melhorou comparativamente ao ano anterior, passando de 6,19% para 10,92.

A CAIXA, desde o aumento do seu capital social, em Dezembro de 2009, mantém estável o nível dos rácios prudenciais, sendo de destacar o Rácio de Solvabilidade, que registou em Dezembro de 2015 os 16,44%, quando o mínimo estabelecido é 10%. Por sua vez, o Limite de Concentração de Riscos alcançou 1.000.316 mil escudos, refletindo a melhoria dos Fundos Próprios, que evoluiu de 3.700.219 mil escudos, em Dezembro 2014, para 4.001.265 mil escudos, em Dezembro 2015.

No que concerne à cobertura dos Créditos Vencidos por Imparidade, a mesma foi reforçada, face ao período homólogo, tendo evoluído de 51,92%, em Dezembro de 2014, para os 54,45%, em Dezembro de 2015.

A qualidade da carteira de crédito medida pelo rácio de Crédito Vencido sobre o Crédito Total apresentou uma melhoria em relação ao período homólogo, ao passar de 17,97%, em 2014, para 15,19%, em 2015. Já, se analisarmos o Indicador de Qualidade de Crédito em Incumprimento (crédito em incumprimento há mais de 90 dias/crédito total), em conformidade com a Circular Série "A" nº150/DSE/2009, do BCV, constata-se uma ligeira melhoria do indicador, passando de 7,63%, em 2014, para 7,43%, em 2015.

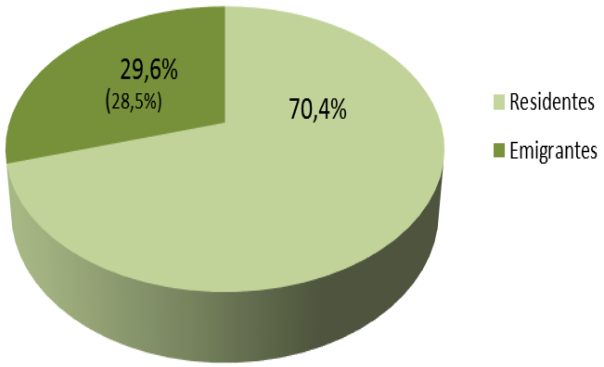
3. Atividade Bancária

3.1. Depósitos

Os Depósitos Totais (Depósitos de Clientes, Instituições Financeiras e Títulos), que em 2014 acumularam os 48.851.612 mil escudos, registaram um acréscimo de 2.501.405 mil escudos (5,1%), alcançando um total de 51.353.017 mil escudos, em 2015.

Do total registado em 2015, o Depósito dos Residentes deteve um peso de 70,4% e o dos Emigrantes, 29,6%.

Gráfico I – Depósitos Emigrantes e Residentes 2015



Os valores entre parênteses referem-se ao ano de 2014

Os Depósitos de Residentes, incluindo os Títulos, que em 2014 somavam 34.927.062 mil escudos, atingiram, em 2015, os 36.175.480 mil escudos, apresentando um crescimento de 1.248.418 mil escudos (3,6%). Aqui, há que destacar o decréscimo ocorrido nos Depósitos à Ordem, no valor de 381.355 mil escudos (-2,1%), tendo passado de 17.917.923 mil escudos, em 2014, para 17.536.568 mil escudos em 2015. No entanto, tal decréscimo foi compensado pelo acréscimo ocorrido no Depósito a Prazo, no valor de 1.629.773 mil escudos (12,9%), passando de 12.636.409 mil escudos, em 2014, para 14.266.182mil escudos, em 2015. Os Bilhetes de Tesouro, por seu lado, mantiveram-se nos 4.372.730 mil escudos, em 2015, o mesmo valor ao observado em 2014.

Os Depósitos de Emigrantes assinalaram um incremento de 1.252.987 mil escudos (9,0%) relativamente a 2014, tendo passado de 13.924.550 mil escudos para 15.177.537 mil escudos. Esse crescimento reflete, em certa medida, a estratégia que a CAIXA tem

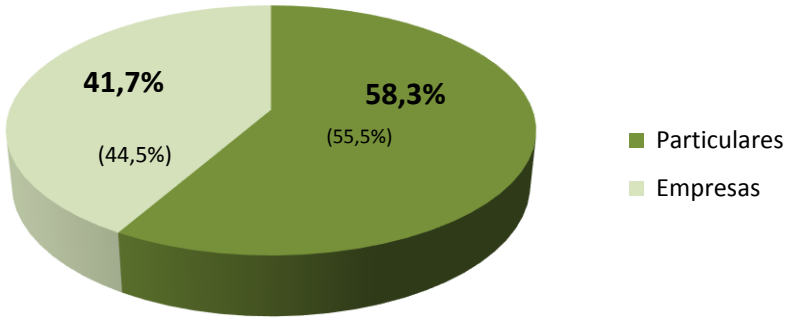
vindo a desenvolver com o intuito de se aproximar mais dos emigrantes, nomeadamente, mediante a realização de encontros com a diáspora cabo-verdiana nos países de acolhimento. Em consequência desta estratégia, a CAIXA registou uma melhoria do seu desempenho em 2015 com um aumento 9,0% comparativamente a 2014, quando registou 8,3%. Neste segmento, os Depósitos a Prazo revelaram um incremento de 8,9% (1.032.894 mil escudos), enquanto os Depósitos à Ordem aumentaram 9,4% (220.093 mil escudos).

Quadro V – Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes (mil CVE)

Designação	2014		2015		Variação 2015	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Residentes	**34.927.062**	**71,5%**	**36.175.480**	**70,4%**	**1.248.418**	**3,6%**
Depósito à Ordem	17.917.923	36,7%	17.536.568	34,1%	-381.355	-2,1%
Depósito a Prazo	12.636.409	25,9%	14.266.182	27,8%	1.629.773	12,9%
Bilhetes Tesouro	4.372.730	8,95%	4.372.730	8,52%	0	0,0%
Emigrantes	**13.924.550**	**28,5%**	**15.177.537**	**29,6%**	**1.252.987**	**9,0%**
Depósito à Ordem	2.349.861	4,8%	2.569.953	5,0%	220.093	9,4%
Depósito a Prazo	11.574.689	23,7%	12.607.583	24,6%	1.032.894	8,9%
Depósitos Totais	**48.851.612**	**100,0%**	**51.353.017**	**100,0%**	**2.501.405**	**5,1%**

Analisando os Depósitos por segmento de clientes, constatamos que os Particulares continuam a deter maior peso no Depósito Total (58,3%), superior ao que detinha em 2014 (55,5%). As Empresas, em contrapartida, verificaram um decréscimo na sua quota-parte, passando de 44,5% para 41,7% do total.

Gráfico II – Depósitos por tipo de Cliente - 2015



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2014

Os Depósitos dos Particulares passaram de 27.101.702 contos, em 2014, para 29.958.516 mil escudos, em 2015, exibindo um crescimento de 2.856.814 mil escudos (10,54%). Os Depósitos das Empresas, por seu lado, verificaram uma diminuição, tendo passado de 21.749.910 mil escudos, em 2014, para 21.394.501 mil escudos (-1,63%) em 2015, explicado pelas dificuldades na captação de recursos das Empresas.

Quadro VI – Depósitos das Empresas e dos Particulares (mil CVE)

Depósitos	2014			2015			Variação 2015	
	Valor	%		Valor	%		Absoluta	Relativa
Particulares	27.101.702	**55,5%**		29.958.516	**58,3%**		2.856.814	**10,54%**
Empresas	21.749.910	**44,5%**		21.394.501	**41,7%**		-355.409	**-1,63%**
Total	**48.851.612**	**100,0%**		**51.353.017**	**100,0%**		**2.501.405**	**5,12%**

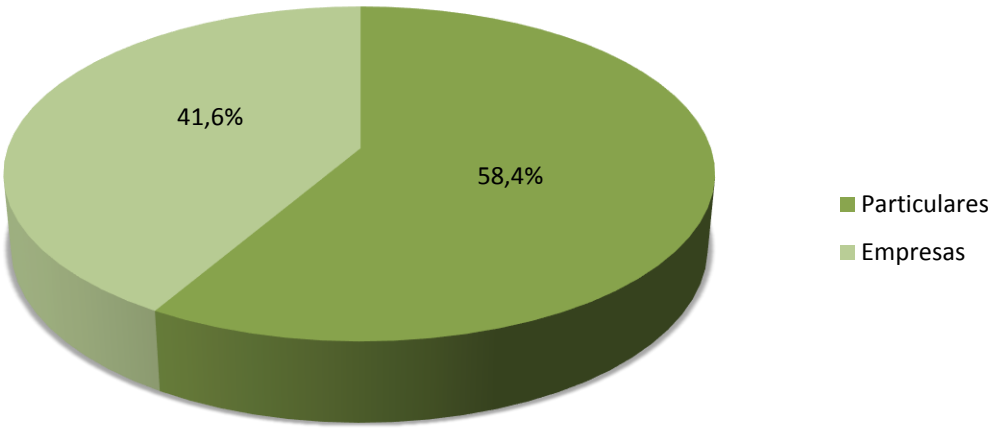
3.2. Créditos

No que respeita ao Crédito, conforme referido anteriormente, a carteira da CAIXA evidenciou um ligeiro aumento em 2015. O Crédito Bruto, incluindo os Títulos Empresas e excluindo os Títulos do Tesouro, as despesas de crédito vencido e juros, que em 2014

tinha registado o total de 29.641.201 mil escudos, atingiu 32.032.689 mil escudos em 2015, exibindo um acréscimo de 8,07% (2.391.487 mil escudos).

O Crédito às Empresas, incluindo as Obrigações das Empresas, em 2015, representou 41,6% da Carteira de Crédito, pouco acima da percentagem verificada em 2014, 38,9%. Relativamente ao Crédito a Particulares, passou a representar 58,4%, em 2015, percentagem abaixo dos 61,1% observados em 2014. Realça-se que o Investimento e Habitação couberam maior fatia com 35,8% e 38,5%, respetivamente, quando em 2014 tinham registado 30,8% e 40,2%.

Gráfico III – Crédito a Empresas e Particulares



O Crédito às Empresas aumentou 15,57% (1.793.786 mil escudos), passando de 11.520.369 mil escudos, em 2014, para 13.314.155 mil escudos, em 2015, espelhando em certa medida o fortalecimento da atividade empresarial em virtude dos efeitos na

economia da aplicação das medidas expansionistas de política monetária aprovadas pelo Banco de Cabo Verde.

No que concerne ao Crédito a Particulares, registou um acréscimo de 3,30% (597.701 mil escudos), ao passar de 18.120.832 mil escudos, em 2014, para 18.718.534 mil escudos, em 2015, explicado essencialmente pelo Crédito Habitação que cresceu 3,45% (411.191 mil escudos) atingindo os 12.321.584 mil escudos, em 2015. Também o Crédito Outros Fins registou uma variação positiva de 3,0% (186.510 mil escudos) ficando pelos 6.396.949 mil escudos, comparativamente a 2014 que tinha registado 6.210.439 mil escudos.

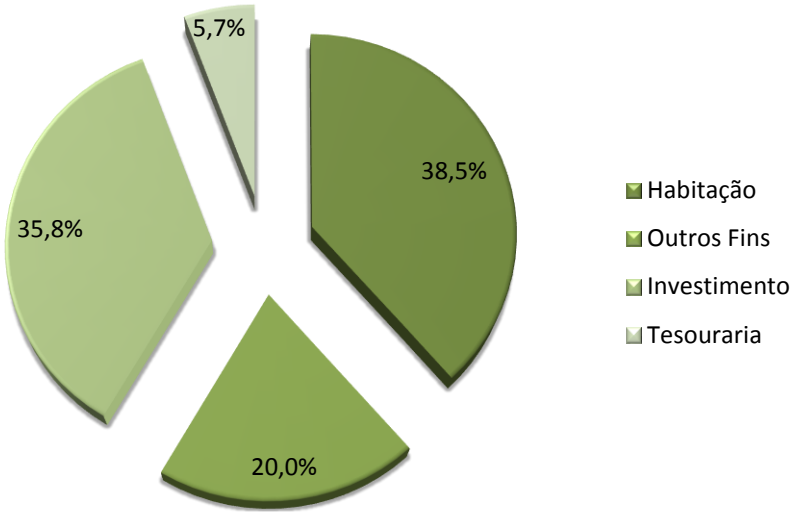
Quadro VII – Crédito das Empresas e dos Particulares (mil CVE)

Créditos	2014		2015		Variação 2015		
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa	
Particulares	**18 120 832**	**61,1%**	**18 718 534**	**58,4%**	**597 701**	**3,30%**	**25,0%**
Habitação	11 910 393	40,2%	12 321 584	38,5%	411 191	3,45%	17,2%
Outros Fins	6 210 439	21,0%	6 396 949	20,0%	186 510	3,00%	7,8%
Empresas	**11 520 369**	**38,9%**	**13 314 155**	**41,6%**	**1 793 786**	**15,57%**	**75,0%**
Investimento	9 138 509	30,8%	11 482 417	35,8%	2 343 909	25,65%	98,0%
Tesouraria	2 381 860	8,0%	1 831 738	5,7%	-550 123	-23,10%	-23,0%
Total Créditos	**29 641 201**	**100,0%**	**32 032 689**	**100,0%**	**2 391 487**	**8,07%**	**100,0%**

O Crédito à Habitação continua a deter o maior peso na carteira de crédito da CAIXA em 2015, com 38,5%, embora posicionando-se um pouco abaixo do nível verificado em 2014, que foi de 40,2%. Segue-se o Crédito ao Investimento, com uma quota de 35,8%, contra os 30,8% detidos em 2014. O Crédito Outros Fins, diminuiu a sua posição, em 2015, ao registar 20,0%, contra os 21,0% observados em 2014. O Crédito à Tesouraria,

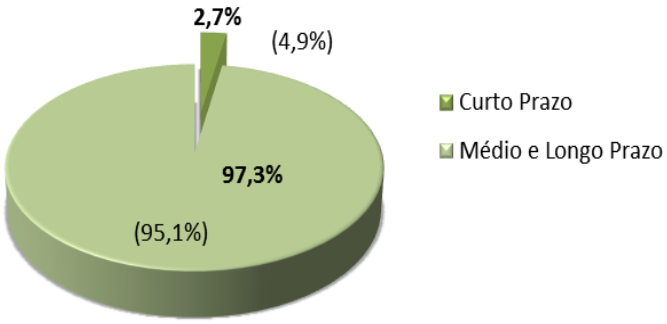
também diminuiu o peso na carteira, passando de 8,0% em 2014 para 5,7% detidos em 2015.

Gráfico IV – Crédito por finalidade 2015



Abarcando a análise à distribuição do crédito em situação normal por maturidade, constatamos que o crédito de médio e longo prazo (maturidade superior a 1 ano) representou 97,3% do total, em 2015, superior aos 95,1% detidos no final de 2014, o crédito normal de curto prazo diminuiu para 2,7% em 2015, contra os 4,9% observados em 2014.

Gráfico V – Crédito Normal por Prazo - 2015



Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2014

Em Dezembro de 2015, o Crédito Normal de Curto Prazo acumulou 729.814 mil escudos, demonstrando um decréscimo de 479.403 mil escudos (39,65%) relativamente a Dezembro de 2014, em que tinha totalizado 1.209.217 mil escudos. Por sua vez, o Crédito de Médio e Longo Prazo alcançou, em 2015, 26.741.809 mil escudos, evidenciando um acréscimo de 3.344.576 mil escudos (14,29%) comparativamente a Dezembro de 2014, em que tinha registado os 23.397.233 mil escudos.

3.3. Crédito e Juros Vencidos

Em Dezembro de 2015, o valor do Crédito e Juros Vencidos (sem Despesas de Crédito Vencido) totalizou 4.561.164 mil escudos, contra os 5.034.784 mil escudos de 2014, indicando um decréscimo de 9,41%.

O segmento de particulares apresentou um rácio de crédito vencido de 12,44%, enquanto o segmento das empresas alcançou um rácio de 19,76%, se na carteira total

desconsiderarmos os Títulos, mas contando com os Títulos Empresas, o rácio desce para 16,77%.

O rácio de malparado ou de crédito vencido (Crédito Vencido/Crédito Total, excluídos os títulos) passou de 17,97%, em Dezembro de 2014, para 15,19%, em Dezembro de 2015, refletindo a preservação do segmento empresas. Já o indicador de avaliação da qualidade da carteira de crédito em incumprimento (Crédito em Incumprimento/Crédito Total), reflete uma redução dos créditos vencidos com mais de 90 dias, ao passar de 7,63%, em 2014, para 7,43% em Dezembro de 2015.

O rácio de Imparidade para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos registou um reforço de 3,78 pontos percentuais, tendo passado de 51,92% em 2014 para 53,88% em 2015.

3.4. Atividades Financeiras

A gestão financeira da instituição foi, durante o exercício de 2015, muito condicionada pela situação de liquidez e pelos níveis de taxa de remuneração praticadas tanto no mercado nacional como no internacional. Com efeito, para incentivar a concessão de crédito à economia, condição indispensável para o desenvolvimento económico, o Banco Central procedeu em Fevereiro de 2015 à atualização da estrutura de taxas de juros. Contudo, apesar da diminuição da taxa diretora, os níveis de crédito continuaram abaixo do esperado e que, confrontados com aumento dos depósitos, originaram um excesso de liquidez no sistema bancário, gerando um impasse no desenvolvimento do mercado monetário interbancário e uma concorrência mais agressiva aos mercados do open-market.

Em consequência, o Banco Central deliberou em Fevereiro de 2015 a seguinte estrutura das taxas das operações:

Taxas	Estrutura Anterior	Nova Estrutura
Taxa de DMC	18%	15%
Taxa Directora	3,75%	3,50%
Taxa de Cedência de Liquidez	6,75%	6,50%
Taxa de Absorção de Liquidez	0,50%	0,25%
Redesconto	7,75%	7,50%

A Gestão dos Ativos e Passivos em alternativa à fraca atividade creditícia centrou, para melhor rentabilização, suas aplicações nos títulos disponíveis no mercado como sendo os emitidos pelo Banco Central no âmbito da política monetária e os emitidos pelo Estado de Cabo Verde para fazer face ao financiamento das suas despesas.

Por sua vez, a Bolsa de Valores de Cabo Verde tem constituído uma alternativa aos bancos no financiamento da economia, sobretudo nos projetos de grande dimensão e do sector público. O mercado primário do segmento acionista continuou pouco ativo, não tendo registado qualquer emissão em 2015. Já no segmento obrigacionista, durante o ano de 2015, foram emitidos 33 Títulos, sendo que 7 foram Bilhetes do Tesouro, 1 Obrigação *Corporate* do BCA e as 25 restantes Obrigações do Tesouro. Do montante total emitido no mercado, cerca de 46% foi subscrito através da CAIXA.

De ressaltar que, não obstante os custos com a intermediação de bolsa, este serviço tem constituído um excelente veículo de fidelização de clientes.

A gestão da liquidez tem sido feita na conjugação das oportunidades quer do mercado doméstico quer do internacional. Os objetivos continuam sendo a manutenção da capacidade da CAIXA em obter fundos e fazer aplicações em melhores condições, solver os seus compromissos e manter controlados os riscos associados, condições imprescindíveis para a consolidação da situação financeira da instituição.

Para o efeito, continuou-se a fazer uso dos instrumentos do Mercado Monetário Interbancário como permutas, cedências e tomadas de fundos com outras instituições, e do Mercado de Operações de Intervenção, caso dos títulos de Regularização Monetária e Títulos de Intervenção Monetária.

A CAIXA apresenta uma situação confortável de liquidez com os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos que revelaram um aumento de 5% e a rubrica Crédito Líquido a Clientes cresceu 12%, face a Dezembro de 2014. Em consequência, o rácio de transformação de Recursos de Clientes em Créditos manteve-se idêntico a 2014, nos 73,25%.

Resultante desta situação de excesso de liquidez, durante o exercício 2015, a CAIXA também teve uma participação muito ativa nas operações do mercado aberto, nomeadamente, em aplicações nos Títulos de Regulação Monetária (TRM) e nos Títulos de Intervenção Monetário (TIM).

As taxas de juro TRM variaram durante o ano entre 0,5625% e 0,3125%, para as maturidades até 14 dias, e as taxas dos TIM, com maturidade entre 30 e 91 dias, oscilaram entre 0,5625% no início do ano, e 0,3125% ao longo do ano.

Durante 2015, foram emitidos 16.800.000 mil escudos em TRM, mais 7.600.000 mil escudos que 2014.Devido à elevada liquidez no sistema e consequente concorrência dos bancos de segunda ordem aos fundos do BCV, as aplicações ascenderam a 7.305.736 mil escudos, correspondente a cerca de 44% do total emitido pelo BCV. Não obstante, os juros recebidos foram inferiores aos arrecadados em 2014, devido às baixas taxas praticadas no mercado.

A nível dos TIM, foram emitidos em 2015 cerca de 6.500.000 mil escudos, registando um aumento de 1.400.000 mil escudos em relação a 2014. Destes, a CAIXA conseguiu uma

participação de cerca de 2.284.000.000 mil escudos, que renderam juros na ordem dos 2.003 mil escudos, que devido a redução das taxas foram inferiores a 2014.

O Coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa, em Fevereiro 2015, baixou de 18% para 15%. Uma vez que estas reservas não são remuneradas, a CAIXA acompanhou a evolução da base de incidência, sem necessidade de recorrer ao Mercado Monetário Interbancário (MMI) e ao Banco Central, tentando sempre manter os excedentes de disponibilidade no mínimo possível.

Apesar de pouco atrativa, a taxa dos Depósitos Overnight baixaram de 0,5% para se estabilizarem nos 0,25%, em 2015. Decorrente da situação de grande liquidez, registou-se um significativo aumento do montante aplicado, no entanto, os juros arrecadados reduziram-se cerca de 37,1% face a 2014, devido a diminuição das taxas de juros.

Também houve uma liberação do mercado no que tange às modalidades de aplicações dos excedentes em Depósito Overnight, que antes era possível só no final dos períodos da DMC's, mas agora esse mercado passou a ser livre.

Tendo em conta a elevada liquidez verificada ao longo do ano 2015, a CAIXA não teve necessidade de recorrer ao Mercado Monetário Interbancário (MMI).

4. Outras Atividades

4.1. Recursos Humanos

Em linha com os grandes objetivos estratégicos estabelecidos para o quadriénio 2013-2016, em que a CAIXA ambiciona ser o Melhor Banco no mercado nacional, que cria valor para todas as partes interessadas (Acionistas, Clientes, Colaboradores, Sociedade em geral), e cientes que no mundo de hoje qualquer estratégia bem-sucedida depende da capacidade de liderança e do papel dos gestores na gestão eficientes dos objetivos,

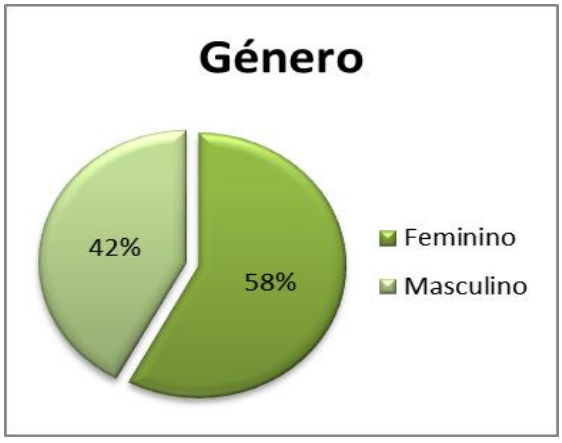
processos e pessoas, a Administração da CAIXA está em crer que a única forma de alcançar essa visão é construindo a melhor relação possível com os colaboradores, clientes, acionistas e com a sociedade. A solidez do modelo de negócio exige que a base dessa relação seja a confiança. Para tanto, a CAIXA acredita ser fundamental a sua equipa estar altamente motivada, comprometida e recompensada, fazendo tudo o que estiver ao seu alcance para que essa visão se materialize, se manifeste no quotidiano da sua relação com os Clientes. Neste contexto, em 2015, em termos de gestão dos recursos humanos, entrou em vigor o novo modelo de avaliação de desempenho e a houve contratação de 26 novos colaboradores.

4.1.1. Caracterização dos efetivos

No último trimestre do ano, a estrutura do quadro de pessoal sofreu uma alteração significativa com a contratação de vinte e seis (26) novos colaboradores destinados ao preenchimento de vagas sobretudo na área comercial e reposição de algumas saídas. No cômputo geral terminou-se o ano de 2015 com 342 colaboradores efetivos, com um aumento de 7% comparativamente ao ano 2014, dos quais 87% (299) são quadros da instituição, 10% (34) pertencem ao regime de contrato a prazo e 3% (9) encontravam-se em situação de licença sem vencimento, conforme atesta o quadro abaixo:

Composição de Efectivos	Nº	%
Quadro	299	87%
Contrato	34	10%
Licença	9	3%
Total	**342**	

Do total de efetivos, a percentagem de mulheres subiu de 56% para 58% que continuaram a ser maioria. Das 198 colaboradoras do género feminino, a afetação para área comercial passou de 66 % para 67%. No mesmo período, o número de colaboradores do género masculino aumentou apenas 2%, passando de 141 para 144 colaboradores em 2015.

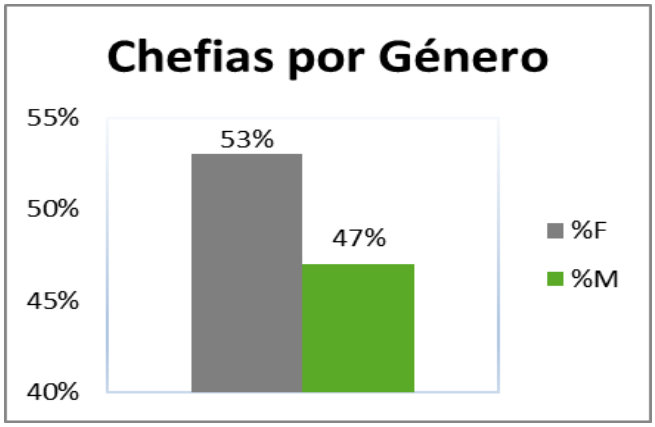


A idade média dos Colaboradores mante-se nos 39 anos, o que continua a refletir um efetivo ainda jovem, mas com alguma experiencia acumulada. A idade máxima passou de 64 para 62 anos e a mínima 24 para 25 anos.

A antiguidade média na CAIXA (soma das antiguidades/total de efetivos) passou dos 11 para 10 anos em 2015.

A equipa de liderança que em 2014 era constituída por 58 Colaboradores viu-se reforçada com mais 8 (oito) elementos, totalizando 66 em 2015. O peso das mulheres no total da equipa passou de 43% (25) em 2014 para 53% (35), sendo as funções de coordenador de gabinete e gerente com maior expressão. Nas funções de direção e coordenador adjunto há um equilíbrio no género (50%).

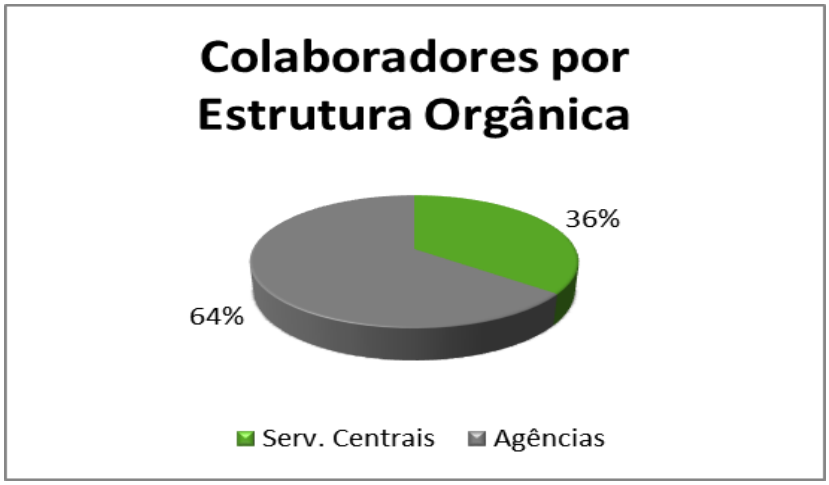
O rácio de enquadramento (média de colaboradores por chefia) em 2015 era de 4,18.



A taxa de chefia (medida pelo numero de chefia /total de colaboradores) no final de 2015 era de 19%.

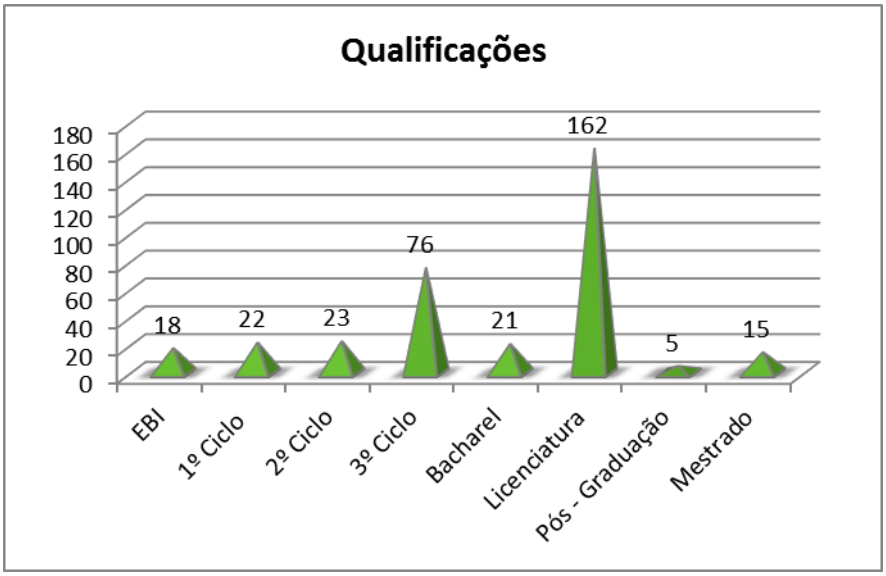
Em termos de afetação dos recursos entre Serviços Centrais e Área Comercial, á semelhança de 2014, a Área Comercial se destaca absorvendo 64% do total de efetivos.

Nos serviços centrais registou-se, em 2015, um aumento de 117 para 122, mas em termos globais apenas 36% estão afetos aos serviços centrais, a maior parte (64%) exerce funções na área comercial.



A nível das qualificações, em 2015 observou-se que o índice de tecnicidade (mede o numero de Técnicos superiores em relação ao total de colaboradores) aumentou de 59%, valor superior em 0,4 pontos percentuais, relativamente ao ano 2014. Em termos absolutos, temos a registar em 2015 mais 26 licenciados em relação a 2014, o que continua a revelar o compromisso da CAIXA na valorização dos seus recursos humanos, de modo que os colaboradores continuem a estudar e qualificar-se para novos desafios. No processo de recrutamento, houve uma forte aposta de atração de pessoal altamente habilitado e com potencial face aos desafios estratégicos.

Em síntese, no final de 2015, em termos de qualificações, 59% dos colaboradores tinham o grau de licenciatura, pós graduação e mestrado, o que representa um aumento de 4% em relação a 2014.



4.1.2. Formação e desenvolvimento

No tocante à formação, a CAIXA prosseguiu com o desenvolvimento e gestão de competências consideradas essenciais para obtenção dos resultados e valorização das pessoas.

Como habitual, os programas foram concebidos em alinhamento com as prioridades estratégicas, procurando dotar a CAIXA de profissionais competentes e motivados. Neste aspeto, destaca-se a participação dos colaboradores nas seguintes formações externas no país: Reforma Fiscal IRPS/IRPC; Fundamentals of Risk Management; Código de IRPS/IRPC; Personis - Gestores; Seminário " Basel Regulation Off Banks: Presente and Future; Seminário " International Financial Reporting Standards"; Formação de Auditores Internos - Segurança da Informação; Seminário "Reforma regulatória do sistema financeiro e do mercado de Valores mobiliários"; Seminário " Auditoria e Controlo Interno"; ISO 9001 - 2015 - Implementar a Mudança; Avaliação, Seleção e comunicação de Documentos e Normas para descrição da Informação Arquivística; Conferencia - Arquivo Nacional de Cabo Verde e os Desafios Tecnológicos; Sistema de Notificação das Transações Internacionais no quadro do 6º Manual do FMI. Em síntese, ao longo de 2015, foram realizadas ações de formação, por 13 entidades externa no país, beneficiando 52 colaboradores, com uma carga horária de 224 horas.

No estrangeiro, 4 colaboradores participaram em 2 ações de formação, com uma carga horária de 56 horas.

A nível interno (na empresa), foram ministradas 3 formações a 36 colaboradores (incluindo estagiários do projeto qualificação da base de dados), num total de 362 horas.

Em suma, durante o ano de 2015 foram realizadas 20 ações de formação, abrangendo um universo de 102 colaboradores (dos quais alguns receberam mais de que uma ação de formação). O volume de formação ficou-se pelas 5.626 horas. O investimento nas ações realizadas em 2015 atingiu a verba de 2.359.488 mil escudos (menos 30% do que em 2014, ano em que foram investidos 3.383.720 mil escudos.

4.1.3. Mobilidade de pessoal

As admissões de 2015 foram motivadas pelas necessidades específicas e estratégicas. O total das admissões foi de vinte e seis (26) novos colaboradores, todos técnicos superiores. As admissões de 2015 destinaram-se essencialmente ao reforço da equipa comercial que absorveu cerca de 92% do total recrutado.

Foram integrados no quadro do pessoal da CAIXA vinte e um (21) colaboradores, em 2015. Esta integração ocorre normalmente após um período de avaliação e acompanhamento do colaborador.

O desenvolvimento profissional dos Colaboradores da CAIXA efetua-se através da promoção (mudança de um nível para outro imediatamente superior aquele que detêm dentro de uma carreira), progressão (mudança de um escalão para o imediatamente superior dentro do mesmo nível), mudança de carreira, entre outros. O bom desempenho, entre outros critérios, permite o acesso à evolução na carreira. Neste sentido, 165 Colaboradores foram promovidos. Entretanto, sete (7) colaboradores não beneficiaram por não reunirem as condições definidas no regulamento interno. A taxa de cobertura das promoções (número de efetivos promovidos-progredidos/total efetivos) totalizou os 48% que corresponde a uma taxa de progressão/promoção de 96% (número de efetivos promovidos/número de efetivos promovíveis).

As alterações da estrutura orgânica, com a consequente necessidade de reorganização, racionalização e otimização dos recursos humanos, bem como o reforço das equipas, levaram a movimentações internas: um total de 43 colaboradores foram mobilizados internamente, sendo que trinta (30) ocorreram entre agências, 1 (um) dos serviços centrais para agência e seis (6) saíram das agências para os serviços centrais.

Ao longo de 2015, quatro (4) colaboradores entraram de licença sem vencimento, dos quais, duas de longa duração e outras de curta duração.

A CAIXA deixou de contar com três (3) colaboradores, dos quais dois (2) por despedimento por justa causa, e um (1) por reforma.

4.1.4. Benefícios Sociais

A promoção do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal tem sido uma das preocupações ao nível da gestão das pessoas na CAIXA. Para promover o bem-estar dos trabalhadores, a CAIXA disponibiliza um conjunto de benefícios, nomeadamente financiamento à habitação própria, ao consumo e para necessidades especiais, subsídios para estudos, tanto dos trabalhadores como dos seus filhos.

Em 2015, para além dos acordos com clinicas de prestação de serviço de saúde, foram reembolsados 3.818.659 mil escudos relativos a despesas de saúde. E o facto do bem-estar dos colaboradores continuar sendo uma prioridade da CAIXA, e a fim de incentivar os colaboradores à prática de atividades desportivas, manteve-se o subsídio de ginástica instituído em 2012.

Relativamente à criação de emprego, em 2015, apesar da contratação de 26 novos colaboradores em Novembro e Dezembro, proporcionalmente gerou-se 29 postos de trabalho.

4.2. Gestão de Riscos

A CAIXA, no âmbito da sua atividade, está sujeita a diferentes tipos de riscos, tais como risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, pelo que cabe à

gestão de risco a sua identificação e análise da exposição, bem como a adoção de estratégias de controlo, dentro dos parâmetros previamente estabelecidos.

Nos últimos anos, com o enfraquecimento da atividade económica e o aumento do desemprego, os níveis de incumprimento cresceram consideravelmente. Em consequência, o aumento das imparidades e das exigências, por parte do Banco Central, foi um imperativo.

A atividade de 2015 desenvolveu-se em um contexto externo de evolução desfavorável, afetando sobretudo a posição financeira do sector privado e agravando, consequentemente, os riscos à estabilidade financeira, aumentando a probabilidade de materialização do risco de crédito.

Neste contexto, a CAIXA prosseguiu com a estratégia de melhoria contínua do Sistema de Gestão de Risco, refinando e reforçando as atividades e infraestruturas dedicadas à gestão e controlo de risco, bem como os mecanismos e instrumentos de reporte. Assim, com vista a redução e mitigação o risco de crédito foram integrados vários projetos (ex. "Qualidade, Reforço dos Controlos Internos e Resultados") virados para a qualidade e celeridade, introdução de melhorias significativas nos modelos de análises de risco das empresas, implementação do modelo de "Scoring" e criação de manutenção de uma Central de Balanços.

Neste cenário, mensalmente, a CAIXA procede à avaliação das imparidades, da qual resulta um relatório das análises e conclusões efetuadas. A identificação dos indícios de imparidade é feita numa base individual, quando a exposição é individualmente significativa, e numa base coletiva, quando a exposição não é individualmente relevante. As conclusões das análises resultaram na melhoria do rácio de cobertura do crédito vencido ao registar 54,45%, em Dezembro de 2015, contra 51,92% em 2014, não obstante a redução do rácio de crédito vencido ter passado de 17,97% para 15,19%.

Ao nível dos riscos de Liquidez e Taxa de Juro, de acordo com os regulamentos aprovados pelo Banco Central, foi disponibilizada a informação rigorosa, detalhada, permanente e tempestiva sobre os níveis de Liquidez e Taxa de Juro. A informação produzida e disponibilizada permite concluir que a CAIXA terminou o exercício económico com uma situação confortável em termos de liquidez. Realça-se que o Banco Central em 2015 adotou um conjunto de medidas de afrouxamento monetário para estimular o Crédito Bancário, mas estes mecanismos de transmissão monetária ficaram aquém do esperado, resultando numa ligeira evolução do Crédito à economia e no aumento da liquidez dos Bancos.

Relativamente ao Risco Cambial, a CAIXA tem optado por manter as posições cobertas evitando toda e qualquer ação especulativa. Como é evidente, ao incorrer em menos risco, reduz-se a possibilidade de aumentar o resultado. No entanto, tem adotado uma política de taxas de câmbios mais atrativas para potenciar o negócio cambial.

No campo operacional, ainda que tímidos, alguns passos têm sido dados com vista ao seu acautelamento. No âmbito do Manual de Segurança, do Plano de Segurança e do Plano de Emergências e Evacuações, aprovados em 2013, foi possível fazer um upgrade substancial relativamente aos sistemas de detenção de incêndio, intrusão e roubo. A segurança dos arquivos continua sendo uma preocupação.

4.3. Recursos Tecnológicos e Informáticos

Durante o ano de 2015, a CAIXA prosseguiu a sua estratégia de melhoria contínua dos Sistemas de Informação e Parque Tecnológico, através da implementação e consolidação de alguns projetos e iniciativas estruturantes, das quais se destacam: upgrade, substituição e reconfiguração de alguns equipamentos de comunicações das Agências e Serviços Centrais. No âmbito do recrutamento de novos colaboradores e

mudança realizada a nível de Serviços Centrais e Agências, foram instalados novos PC's. Foram efetuados desenvolvimentos de aplicações complementares àa Aplicação Banka de modo a dar respostas às necessidades do Banco. Por exemplo, decorrente da aprovação pelo BCV de um novo Sistema de Notificação das Transações Internacionais com vista a sua adaptação ao 6º Manual do FMI, foram necessários desenvolvimentos complementares para sua implementação.

4.4.Organização e Qualidade

Enquadrado na visão estratégica de transformar a CAIXA no melhor banco universal de Cabo Verde, em 2015, a garantia de Segurança do Sistema de Informação (ISO 27001) e o Sistema de Gestão de Qualidade (ISO 9001) mantiveram-se no centro de atenção da CAIXA. Destacam-se o arranque do projeto Qualificação de Base de Dados e a concretização de um dos principais objetivos da CAIXA que consiste na recertificação dos dois sistemas ISO 27001 e ISO 9001, mediante realização de auditoria externa que avaliou a efetividade e a eficácia dos processos.

Seguindo os requisitos da norma ISO 9001, e em busca de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, em particular, foram realizadas Auditorias Internas da Qualidade aos processos dos Serviços Centrais e Agências, acompanhamento da implementação e avaliação da eficácia das ações de melhorias (preventivas/corretivas), por forma a garantir um desempenho otimizado e alinhado com o objetivo de melhoria contínua dos processos internos focalização no cliente.

Outro requisito de qualidade que mereceu especial atenção foi a documentação dos processos, tendo para o efeito sido formalizados a recolha, o registo e a análise dos

dados de indicadores de desempenho dos processos. Foram ainda formalizados diversos procedimentos através de elaboração, atualização e aprovação de normas.

Neste âmbito, também as Reclamações de Clientes mereceram uma atenção particular tendo sido analisadas e tratadas em conformidade com as diretrizes do Banco de Cabo Verde.

4.5.Instalações

Desde a inauguração da Sede Nacional da CAIXA, em Dezembro de 2012, dadas as condições que oferece, o Auditório tem sido muito solicitado para realização de diversos eventos (seminários, conferências), com elevada satisfação não só das organizações como dos participantes dos eventos.

A CAIXA prosseguiu em 2015 com a sua política de proximidade e melhoria da satisfação dos clientes, tendo inaugurado a agência em Achada Grande a 15 de Dezembro, no Porto da Praia - ilha de Santiago, passando a estar disponível para os clientes e a população em geral que reside ou labora na localidade.

Deu-se continuidade à implementação do "Projeto Uma Só Caixa" com objetivo de uniformizar a imagem das agências e procedeu-se ao refrescamento das agências da ilha de S. Vicente (Mindelo e Fonte Cónego) e na ilha do Sal (Agência Aeroporto).

No quadro da certificação segundo a ISO 9001, a operacionalidade dos edifícios e equipamentos críticos ao negócio constitui um dos requisitos essenciais para a manutenção da mesma, pelo que é garantida através da manutenção preventiva mediante um plano anual previamente elaborado seguido de um relatório do registo das manutenções e avarias. Neste âmbito, foi reformulado o sistema de segurança eletrónica das agências com implementação de um sistema de videovigilância centralizado.

4.6. Marketing

Com objetivo de posicionar a CAIXA como o Banco dos Cabo-verdianos, sólido, em crescimento, inovador e que responda às necessidades dos clientes, mediante a melhoria dos produtos e serviços prestados, em 2015 deu-se continuidade ao projeto "Uma só Caixa" e à implementação do *rebranding* das Agências já existentes, com destaque para as Agências de S. Vicente (Mindelo e Fonte Cónego), na ilha do Sal (Agência Aeroporto) e também a abertura de uma nova Agência em Achada Grande, ilha de Santiago.

Mais iniciativas foram preconizadas ao longo de 2015, com o intuito de projetar a imagem da CAIXA junto da sociedade, entre as quais evidenciam-se os eventos sob o formato de patrocínios, feiras, contactos com jornais e TV. Destacam-se o apoio à FECAD no projeto Língua Gestual na TCV, patrocínio à Escola de Surf e Body Board, continuação dos patrocínios às equipas de basquetebol (Amibasquete e EBP- New Talents) que apresentaram excelentes resultados na época desportiva 2014/2015 e também a continuidade do patrocínio dos atletas paraolímpicos, Márcio Fernandes que sagrou-se campeão do mundo no lançamento de dardo, e Gracelino Barbosa, participação na Feira de Agronegócios e na FIC.

Também com o objetivo de fortalecer a imagem e o posicionamento da marca CAIXA, foram feitas comunicações, nos principais meios com projecção nacional e internacional, dos acontecimentos ao nível Institucional que tiveram lugar durante o ano, e continuou-se a utilizar os novos meios e suportes publicitários, nomeadamente, táxis, aeroportos, aviões, ATM's e POS, etc.

Dado ao cenário competitivo, os principais investimentos em inovação foram direcionados para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, com o objetivo não

só de captação de novos clientes, mas também na fidelização da base atual de clientes, reforçando as funcionalidades e a qualidade dos serviços prestados, com destaque para os cartões de débito Co-branded com o Sporting Clube da Praia, reformulação dos cartões de débito Visa pré-pago, cartões de débito Empresa, cartões Co-branded Paga-li.

No âmbito da parceria com a Western Union foram materializadas três campanhas durante o ano de 2015, promoção do vigésimo aniversário da WU em África, com a atribuição de vários prémios aos clientes em Santiago e nas outras Ilhas, campanha Back to School, com atribuição de material escolar por cada transação e promoção do final de ano, com sorteio de smartphones e cupões de recarga.

No que toca à notoriedade, um estudo realizado pela Afrosondagem sobre as marcas de confiança dos Cabo-verdianos, em 2015, revela que, no sector financeiro, a marca CAIXA tem merecido simpatia de muitos Cbo-verdianos, ficando posicionada no 2º lugar com 38%, evidenciando que a performance melhorou comparativamente ao ano de 2014, em cerca de 4 pontos percentuais.

No entanto, em 2015 foi realizado o primeiro estudo com vista a apurar os dados relativamente à notoriedade e, de acordo com os dados, no setor financeiro, a disputa continua a ser entre a Caixa e o BCA. Apesar da CAIXA não se encontrar na primeira posição de notoriedade em todos os centros urbanos, o estudo revela que a CAIXA goza de maior notoriedade junto dos Cabo-verdianos na cidade da Praia. No que se refere à notoriedade dirigida, ou seja, sugerir ao respondente o nome da marca e inquirir sobre o seu conhecimento desta marca, o BCA e a Caixa conjuntamente são os bancos mais conhecidos com citações próximas de 100%, mas a diferença entre um e outro é praticamente residual.

4.7. Novos Canais Eletrónicos

Ao nível do sistema de pagamentos (meios e canais), 2015 foi marcado por uma forte dinâmica. A promoção de venda de cartões Vinti4 continuou sendo um desafio da CAIXA, em 2015, que resultou na emissão de 32.781 cartões. mantendo assim a sua tendência crescente na ordem dos 6,7%, representando uma quota de mercado de 35,1%. No que toca aos cartões ativos, a CAIXA terminou o ano de 2015 com um total de 80.510 correspondendo a 42,7% do total de cartões em circulação no sistema.

Por sua vez, a emissão de cartões VISA Crédito registou uma diminuição de 58,29%, enquanto o Pré-pago aumentou em 9,56%. Estas oscilações podem estar relacionadas com a adesão dos clientes aos cartões VISA Electron, que registou uma emissão de 1520 cartões.

Em relação ao número de ATM`s, em 2015 a CAIXA instalou mais 3 ATM`s (de 33 para 36), uma na loja ORCA, outra na agência de Achada Grande e outra no Hotel Odjo de Água, totalizando assim 36 máquinas instaladas, resultando numa quota do sistema de 21,3%.

Ao longo de 2015, nas 36 ATM’s da CAIXA foram realizadas cerca de 2.805 mil operações e movimentados aproximadamente 8.793.078 mil escudos, evidenciando um crescimento de 3,0% e 5,3%, respetivamente, em relação ao ano anterior. Destas, cerca de 2.731 mil operações (97,4%), num total de 7.969.360 mil escudos, foram efetuadas por clientes da rede Vinti4, e o remanescente por clientes do sistema VISA e Mastercard com 1,9% e 0,8%, respetivamente. De realçar ainda que o levantamento em numerário continua sendo o tipo de serviço mais procurado pelos utilizadores do sistema Vinti4 que procuram as ATM’s da CAIXA, representando cerca de 55% das operações nelas realizadas.

No que respeita aos terminais de pagamento automático (POS), dos 5.167 ativos no sistema 1.312 (25,4%) pertencem a CAIXA. Comparativamente a 2014, os da CAIXA registaram mais de cerca de 40,4% de operações (539 mil operações), totalizando em 2015 cerca de 1.873 mil transações. Em termos de valor movimentado, ascendeu a aproximadamente cerca de 5.328.639 mil escudos, evidenciando um aumento 17,4% (789.286 mil escudos).

A adesão à CAIXAnet conheceu uma progressão em 2015, tendo fortalecido o ritmo de adesão em cerca 8%. Durante o ano 2015 registaram-se 4.099 contratos de Internet Banking comparativamente ao ano anterior que observou 3.794 contratos.

4.8. Relações com os Emigrantes

No quadro das orientações estratégicas, o segmento Emigrante continua a merecer uma atenção especial da CAIXA, privilegiando a proximidade, a oferta de produtos e serviços específicos para o segmento e melhoria da qualidade do atendimento.

Neste âmbito, a CAIXA, em parceria com a TACV, participou no tradicional encontro com os emigrantes em férias por ocasião da comemoração das festas de Nhô San Filipe 2015, na Ilha do Fogo, com o objetivo de reforçar contactos com os emigrantes nos EUA.

A nível nacional, a CAIXA realizou, também por altura das festas de município e romaria, vários encontro com emigrantes, nomeadamente, em Tarrafal de Santiago, Brava e Santa Cruz.

Além das participações nos encontros de Emigrantes, realizou-se a campanha “one on one”, que consiste no contacto direto com os emigrantes com a realização de visitas a domicílio.

De realçar o facto da alteração ocorrida no último trimestre do ano relativamente à exigência da documentação que prova a qualidade de emigrante, que criou barreiras na abertura das contas.

4.9. Relações Internacionais

No ano 2015 a área Internacional continuou a sua missão de desenvolver e otimizar as relações e negócios com o exterior, num contexto caracterizado pela mudança de estratégia dos bancos correspondentes que, na prática, tem mostrado resistência na prestação de serviço de cobrança de cheques denominados em USD, como meio de liquidação de operações de comércio externo. Em consequência, os cheques tornaram-se num instrumento pouco eficaz, pelo que temos aconselhado os clientes a optarem por outros meios de pagamentos (transferências, cartões de crédito e débito) mais práticos, céleres e com menor risco.

À semelhança de 2014, a problemática das disponibilidades sobre o exterior deixou de existir, que face a fraca procura interna, principalmente dos agentes económicos, a penúria de produtos financeiros com alguma rendibilidade e existindo situações de correspondentes a praticar juros negativos, o nível de liquidez manteve-se elevado.

No entanto, com o objetivo de cada vez mais e melhor responder às necessidades dos nossos clientes e da comunidade cabo-verdiana na diáspora, esforços tem vindo a ser feitos no sentido de estreitar e reforçar as relações com os correspondentes, nomeadamente, no alargamento dos serviços prestados.

Assim, no âmbito da gestão e desenvolvimento da rede de correspondentes e parceiros internacionais, manteve-se contactos permanentes com responsáveis de vários bancos

correspondentes com os quais foram analisadas as possibilidades de negócios e/ou reforço de relações de correspondente bancário.

De realçar ainda que a CAIXA tem mantido relações estreitas com a *Western Union,* cuja parceria remonta há mais de uma década.

Dos vários encontros com parceiros e instituições financeiras internacionais, destacam-se:

- FMI no âmbito das missões de avaliação do desempenho macroeconómico.

- *Standard & Poors* e Fitchrating para a determinação do rating do país.

4.10. Atividades no Âmbito da Responsabilidade Social

O posicionamento da Caixa sempre foi suportado em princípios fundamentais de crescimento e inovação, com vista a uma melhor integração e prosperidade da sociedade em que se insere e contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável do país.

Neste âmbito, a componente de patrocínios e responsabilidade social adquire particular relevância. Nos últimos anos, a Caixa investiu de forma consistente em projetos nesta área de atividade e 2015 não foi exceção, sendo que o valor afeto ultrapassou o valor inicialmente orçado.

Seguindo a sua política de Responsabilidade Social, a CAIXA patrocinou e apoiou diversas atividades nas áreas sociais, desportivas, educativas e culturais, sendo que à vertente social coube a maior fatia do orçamento, com 38%, seguida da cultural, com 32%.

Gráfico IX - Patrocínio 2015 por sector de atividades



Em 2015, foram patrocinados grandes eventos que fazem parte da agenda cultural do país, nas vertentes de literatura, teatro e música, nomeadamente, Mon na Roda, grupo teatral Sikinada, grupo musical Ferro Gaita, o artista Ricardo de Deus, a artista Lura, a arista Fatú Djakite, o grupo musical Cordas do Sol, para além de várias editoras para lançamento de livros, entre as quais a Editora Liderança, Editora Rosa de Porcelana e patrocínios a escritores individuais, como caso do Prof. Eduardo Pereira, Sr. Daniel Ramos, entre outros.

No Desporto, deu-se continuidade ao patrocínio de várias associações e clubes desportivos, dos quais destacam-se a AMIBASKET - escola de formação dos jovens em basquetebol, o Sporting Clube da Praia, a Associação Regional de Andebol Sul, a Federação de Andebol, a COPAC para participação no IPC, a Federação Cabo-verdiana de Basquetebol, a Associação regional de Basquetebol Sul, a Federação de Karaté, o clube desportivo Scorpion, o Grémio Desportivo Nhagar, o Botafogo FC, o New Talents de Ponta d´Agua, os atletas paraolímpico Marcio Fernandes e Gracelino Barbosa, etc.

No domínio Social, a Caixa patrocinou a Câmara Municipal da Brava, a Embaixada de Cabo Verde no Senegal, a Embaixada de Cabo Verde em Portugal, a Verdefam, a Associação dos Estudantes Universitários, a Festa Nho San Filipe, a FECAD – língua gestual na TCV, a Câmara de Comércio Industria e Serviços de Sotavento, a Comissão Nacional para Comemoração dos 40º aniversário da Independência de Cabo Verde, etc.

Ainda no quadro da política de responsabilidade social a CAIXA disponibilizou o auditório a diversas Instituições, onde foram realizados 53 eventos, todos com um elevado nível de satisfação por parte das organizações e públicos-alvo dos eventos, pelas condições das instalações.

Prosseguindo com a visão estratégica de ser um banco fortemente engajado no processo de desenvolvimento do país, a "CAIXA empresa cidadã" vem desempenhando um papel importante no domínio de Micro-Finanças, assumindo a gestão de linhas de créditos destinadas a beneficiar camadas populacionais de baixo rendimento e sem acesso ao crédito bancário tradicional. Neste quadro a CAIXA, em 2015, efetuou várias atividades, com o intuito de privilegiar o quadro social, das quais destacam-se: a reestruturação da Direção Comercial, com a introdução de acompanhamento de clientes por segmento e a integração do serviço de microcrédito; assinatura de protocolo com o Ministério da Educação e Desporto no âmbito do Programa Curricular de Empreendedorismo (PEC), com a criação de uma conta Poupança – Aluno empreendedor; assinatura de protocolo com o FUNDO DE PROMOÇÃO DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO em que a Caixa passa a conceder créditos aos beneficiários do FUNDO, destinados ao financiamento de projetos de formação que visem a promoção do emprego, através da qualificação profissional dos recursos humanos, no âmbito das Medidas de Apoio I e III.

5. Análise da Rendibilidade

5.1 Resultados do Exercício

A CAIXA, no ano findo, alcançou um Resultado Líquido de 425.365 mil escudos, mais 195.233 mil escudos que o montante conseguido em 2014, o que representa um aumento de 84,8%. A Margem Financeira, principal componente do Produto Bancário com um peso de 88,45%, situou-se nos 1.765.411 mil escudos, representando um acréscimo de 143.635 mil escudos (8,860%) face ao ano anterior, provocado, em grande medida, pelo acréscimo dos Juros e Rendimentos Similares que aumentaram em 253.017 mil escudos (8,16%) estando em vantagem relativamente aos Juros e Encargos Similares que só aumentaram 109.382 mil escudos (7,39%), refletindo a situação confortável de liquidez.

Por sua vez, a Margem Complementar registou evolução positiva ao registar 230.436 mil escudos, evidenciando um aumento de 1.290 mil escudos relativamente ao período homólogo, sendo de destacar os seus componentes Resultados em Operações Financeiras, que conheceram um aumento de 19.173 mil escudos (23,38%), tendo passado de 82.002 mil escudos, em Dezembro de 2014, para 101.175 mil escudos, em Dezembro de 2015, os Outros Resultados de Exploração, que em 2014 tinham atingido 30.314 mil escudos, registaram, em 2015, 34.177 mil escudos, evidenciando um acréscimo de 3.863 mil escudos. As rúbricas Rendimentos de Serviços e Comissões e Resultados de Alienação de Ativos decresceram comparativamente ao ano passado, tendo observado um decréscimo de 12.849 mil escudos (12,16%) e 8.897 mil escudos (79,64%) respetivamente.

A evolução positiva da Margem Financeira contribuiu para que o Produto Bancário registasse um acréscimo de 144.970 mil escudos (7,833%), em relação a 2014, tendo atingido 1.995.893 mil escudos em Dezembro de 2015.

Os Gastos Administrativos (Gastos Gerais Administrativos e Custos Com Pessoal), por sua vez, decresceram 0,93% (11.087 mil escudos), absorvendo 59,41% do Produto Bancário, justificado pela queda dos Gastos Gerais Administrativos em 6,95% (39.922 mil escudos). Os Gastos com Pessoal cresceram 4,63% (28.836 mil escudos). A rubrica Amortizações do Exercício decresceu 2,63% (6.128 mil escudos). Em consequência, o Cost to Income reduziu-se 6,47% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, situando-se nos 70,76%.

As Provisões e Imparidades Líquidas do exercício totalizaram 27.617 mil escudos, menos 129.251 mil escudos (82,38%) que em 2014, contribuindo para a diminuição da Imparidade Acumulada. Neste quadro, o Resultado de Exploração atingiu 555.917 mil escudos, demonstrando um aumento de 291.436 mil escudos (+110,19%).

Os Resultados das Participações em Empresas Associadas contribuíram de forma negativa para o Resultado Líquido ao registarem, em 2015, 11.977 mil escudos de prejuízo, mais 1.133 mil escudos do que em 2014.

Os resultados parcelares (Amortizações, Provisões, Imparidades e Resultados) conduziram a um acréscimo do Cash Flow do Exercício na ordem de 59.854 mil escudos, (+9,66%), fixando-se nos 679.510 mil escudos.

Quadro VIII - Evolução dos Resultados (contos)

RUBRICAS	2014 Valor	2015 Valor	Variação Valor	Variação %
Juros e rendimentos similares	3 101 520	3 354 537	253 017	8,16
Juros e encargos similares	1 479 744	1 589 125	109 382	7,39
Margem Financeira	**1 621 776**	**1 765 411**	**143 635**	**8,86**
Rendimentos e instrumentos de capital	0	0	0	0,00
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	105 658	92 809	-12 849	-12,16
Resultados em operações financeiras	82 002	101 175	19 173	23,38
Resultados de alienação de activos	11 172	2 275	-8 897	-79,64
Outros resultados de exploração	30 314	34 223	3 908	12,89
Margem Complementar	**229 146**	**230 482**	**1 335**	**0,58**
Produto Bancário	**1 850 923**	**1 995 893**	**144 970**	**7,83**
Gastos com Pessoal	622 146	650 981	28 836	4,63
Gastos Gerais Administrativos	574 772	534 850	-39 922	-6,95
Gastos Administrativos	1 196 918	1 185 831	-11 087	-0,93
Amortizações	232 656	226 528	-6 128	-2,63
Total Custos Operativos	1 429 574	1 412 359	-17 215	-1,20
Provisões e Imparidade (liq.)	156 869	27 617	-129 251	-82,39
Resultado de Exploração	**264 480**	**555 917**	**291 436**	**110,19**
Resultados em Empresas Associadas	-10 843	-11 977	-1 133	-10,45
Resultado antes de impostos	**253 637**	**543 940**	**290 303**	**114,46**
Impostos correntes	0	98 402	98 402	0,00
Impostos diferidos	23 505	20 172	-3 332	-14,18
Imposto sobre lucros	23 505	118 575	95 070	404,47
Resultado Liquido	**230 132**	**425 365**	**195 233**	**84,84**
- Cash Flow do Exercício	619 656	679 510	59 854	9,66

5.2 Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade refletem em certa medida a melhoria do desempenho da CAIXA, em 2015.

Assim, a Rendibilidade do Ativo (ROA) passou de 0,44%, em 2014, para 0, 76%, em 2015, e a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE), por sua vez, atingiu os 10,92%, em 2015, após ter registado 6,19%, em 2014.

O rácio Cost to Income, indicador da eficiência da instituição, registou uma melhoria de 6,47%, evidenciando um rácio de 70,76% quando em 2014 registou 77,24%. Isto deve-se, em grande medida, à evolução positiva do Produto Bancário, que registou um acréscimo de cerca de 7,83% (144.970 mil escudos), por um lado, e, por outro, os Custos Operativos conheceram uma diminuição em torno dos 1,20% (17.215 mil escudos).

A Produtividade dos trabalhadores, medida pelo rácio Produto Bancário/ Nº médio de Trabalhadores Ativos, registou uma evolução positiva, passando de 5.942 mil escudos para 6.179 mil escudos.

Quadro IX - Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2014	2015
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	6,19	10,92
Resultado do Exercício/ Activo Líquido Médio (ROA) (%)	0,44	0,76
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	16,7	17,4
Cash Flow do Exercício/ Activo Líquido Médio (%)	1,2	1,2
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	77,24	70,76
Produto Bancário/ Nº Médio de Trabalhadores (contos)	5 942,0	6 179,2
Cash Flow do Exercício/ Nº Médio de Trabalhadores (contos)	1 989,3	2 103,7

5.3 Rácios Prudenciais

No que respeita à solidez e à sustentabilidade financeira, a CAIXA tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios acima dos mínimos exigidos.

Os Fundos Próprios da instituição evoluíram de 3.700.219 mil escudos, em 2014, para 4.001.265 mil escudos, em 2015, exibindo um incremento de 301.046 mil escudos (8,14%), explicado, sobretudo, pelo aumento dos Capitais Próprios por via do resultado.

O Rácio de Solvabilidade situou-se nos 16,44% em Dezembro de 2015, ressaltando uma margem de, aproximadamente, 6,44 p.p. sobre o mínimo exigido. O Rácio de Cobertura de Imobilizado assentou-se, por sua vez, nos 183,95%, situando-se acima do limite definido (100%).

Quadro X - Rácios Prudenciais

Rácios Prudenciais	2014	2015
Fundos Próprios (contos)	3 700 219	4 001 265
Rácio de Solvabilidade	15,19	16,44
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido	161,12	183,95

5.4 Provisões e Imparidade

As Provisões e Imparidade Líquidas do Exercício, que em 2014 somaram 156.869 mil escudos, registaram 27.617 mil escudos em 2015, refletindo um decréscimo de 129.251 mil escudos, (82,39%). De salientar que, as Imparidades de Crédito explicam esta evolução por registarem uma variação negativa de 167.252 mil escudos, na sequência de recuperação de créditos vencidos, mas sobretudo da regularização de importantes créditos por via de dação em pagamento.

Quadro XI - Provisões e Imparidades Líquidas

Provisões e Imparidade Liquidas	2014		2015		Variação	
	valor	%	valor	%	valor	%
Crédito a Clientes	153 099	97,6%	-14 153	-51,2%	-167 252	-109,24%
Imóveis	0	0,0%	1 847	6,7%	1 847	0,00%
Diversos	3 769	2,4%	39 923	144,6%	43 692	1159,19%
Total	**156 869**	**100,0%**	**27 617**	**100,0%**	**-129 251**	**-82,39%**

5.5 Créditos e Juros Vencidos

Em 2015, a qualidade da carteira de crédito evidenciou alterações importantes a assinalar, tendo o rácio Crédito Vencido/Credito total reduzido de 17,97% para 15,19% (um decréscimo de 2,77 p.p), fruto dos esforços envidados pela CAIXA no acompanhamento dos créditos com vista à sua recuperação, tendo em conta o contexto económico do país.

A Cobertura de Crédito por Imparidade foi reforçada, tendo o rácio evoluído de 51,92%, em 2014, para 54,45%, em 2015.

Quadro XII - Créditos vencidos, Imparidade e rácios de créditos vencidos

Créditos e Juros vencidos	2014	2015
Créditos e Juros vencidos**	5 034 787	4 561 164
Imparidade para Créditos e Juros vencidos***	2 614 190	2 483 329
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total	17,97%	15,19%
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total*	16,99%	14,24%
Imparidade para Créditos e Juros venc / Créditos e Juros vencidos	51,92%	54,45%

* Com a inclusão dos títulos das empresas no crédito

** não inclui as despesas vencidas

*** não inclui imparidade para títulos

6. Aplicação de Resultados (proposta para apreciação em sede de Assembleia-geral)

Considerando:

a. Que o Resultado Líquido do exercício de 2015 ascendeu ao valor de 425.365.100 escudos;
b. Que a instituição encontra-se cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;
c. O esforço financeiro que a CAIXA está fazer com vista à materialização do seu Plano Estratégico;
d. Necessidade de a CAIXA manter os níveis confortáveis que apresenta atualmente em matéria de rácios prudenciais, nomeadamente, Fundos Próprios, Solvabilidade e Concentração de Risco, condição essencial para a expansão do negócio e, por conseguinte, para a expansão do Balanço nos próximos anos, que, por seu turno, alavancará o crescimento sólido e estável dos Resultados de Exploração;
e. A prática da Instituição em termos de distribuição de dividendos;
f. O esforço financeiro feito pelos acionistas para o reforço dos Fundos Próprios de 2009 a esta parte;
g. As determinações do Banco de Cabo Verde.

O Conselho de Administração propõe a aplicação do Resultado Líquido do Exercício nos seguintes termos:

Reservas Obrigatórias (10%)	42.536.510$00
Reservas Livres (57,274%)	243.623.607$00
Dividendos (32,726% - 100$00 por ação)	139.204.982$00
Total	**425.365.100$00**

7. Notas Finais

A Caixa Económica de Cabo Verde culminou o exercício de 2015 com resultados positivos, espelhando indicadores de dimensão e desempenho em constante progressão, o que muito vem contribuindo para a sua credibilidade enquanto instituição financeira, contribuindo, deste modo, para o reforço da sua imagem e visibilidade no mercado cabo-verdiano.

Neste momento de balanço, apraz-nos registar os resultados alcançados, os quais deveram-se, essencialmente, à confiança dos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e sociedade cabo-verdianos, bem assim aos trabalhadores desta instituição a que devemos o merecido reconhecimento pelo esforço em prol do seu engrandecimento, o que muito nos incentiva na nossa missão de gerir este banco.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da sua atividade de supervisão;

Aos Senhores Acionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela ação desenvolvida no acompanhamento atento da atividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançado.

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Milhares de Escudos)

ACTIVO	2014	2015		
	Activo líquido	Activo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	11 337 246	9 966 863	0	9 966 863
Disponibilidades em outras instit.de crédito	1 071 043	1 492 077	0	1 492 077
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor/resultados	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	3 823	4 023	200	3 823
Aplicações em instituições de crédito	3 140 246	1 957 863	0	1 957 863
Crédito Clientes	34 655 369	41 499 990	2 500 979	38 999 011
Propriedades de investimento	5 255	8 664	3 439	5 225
Outros activos tangíveis	2 188 380	3 601 613	1 511 510	2 090 104
Activos intangíveis	30 110	294 171	282 035	12 137
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjunto	104 376	81 270	7 067	74 203
Activos por impostos correntes	56 407	60 631	0	60 631
Activos por impostos diferidos	20 172	0	0	0
Outros activos	1 769 865	2 300 851	38 950	2 261 901
TOTAL DO ACTIVO	54 382 292	61 268 017	4 344 179	56 923 838

PASSIVO	2014	2015
Recursos de bancos centrais	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	929 065	454 494
Recursos de clientes e outros empréstimos	49 322 386	51 770 084
Provisões	55 081	79 331
Passivos por impostos correntes	0	59 612
Passivos por impostos diferidos	0	0
Outros passivos	308 239	534 473
Capital	1 392 000	1 392 000
Outras reservas e resultados transitados	2 145 387	2 208 479
Resultado do exercício	230 132	425 365
(Dividendos antecipados)	0	0
TOTAL DO PASSIVO	50 614 772	52 897 993
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	54 382 292	56 923 838

(Milhares de Escudos)

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2014	2015
Juros e rendimentos similares	3 101 520	3 354 537
Juros e encargos similares	1 479 744	1 589 125
Margem financeira	1 621 776	1 765 411
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
Rendimentos de serviços e comissões	167 992	-173 691
Encargos com serviços e comissões	62 334	80 883
Resultados de reavaliação cambial	82 002	101 175
Resultados de alienação de outros activos	11 172	2 275
Outros resultados de exploração	30 314	34 223
Produto bancário	1 850 923	1 995 893
Custo com pessoal	622 146	650 981
Gastos gerais administrativos	574 772	534 850
Amortizações do exercício	232 656	226 528
Provisões líquidas de reposições e anulações	3 769	30 212
Imparidade outros activos financ. liq. rever. e recup.	153 099	-14 153
Imparidade outros activos liq. reversões e recuperaç	0	11 558
Resultados em empresas associadas	-10 843	-11 977
Resultado antes de impostos	253 637	543 940
Impostos		
Correntes	0	98 402
Diferidos	23 505	20 172
Resultados após impostos	230 132	425 365

O Conselho de Administração:

_____

Presidente - Emanuel de Jesus da Veiga Miranda

_____

Vice – Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

_____

Vogal - José Maria Fernandes da Veiga

_____

Vogal - Filinto Elísio Alves dos Santos

_____

Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida

_____

Vogal – Paulo de Oliveira Lima

_____

Vogal – Nuias Mendes Barbosa a Silva

_____

Vogal – Antonio Pereira Neves

_____

Vogal - José Brito

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015 acompanhadas do Relatório de Auditoria

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. ("Caixa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de mCve. 56.923.838 e um capital próprio de mCve. 4.025.844 incluindo um resultado líquido de mCve. 425.365, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 33).

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração da Caixa é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | CRC Lisboa, Matrícula e NIPC: 501 776 311
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

DT

Bases para a Opinião com Reservas

6. Conforme descrito na Nota 13, em 31 de dezembro de 2015 a Caixa tem registadas bonificações a receber no montante de mCve. 820.346 (mCve. 733.006 em 31 de dezembro de 2014). Tendo por base uma auditoria externa efetuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a Direção Geral do Tesouro (DGT) questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em 24 de março de 2015, a DGT comunicou à Caixa que iria assumir a dívida relativa a parte das bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2004 e 2008, no montante de mCve. 169.883, e à totalidade dos valores reclamados no período entre 2009 e 2012 no montante de mCve. 359.590, embora não estivesse ainda definido um plano de pagamento. Adicionalmente, considerou não elegíveis bonificações reclamadas entre 2004 e 2008 que ascendiam a mCve. 127.977, tendo a Caixa anulado este montante nas demonstrações financeiras do exercício de 2014 por contrapartida de resultados transitados. Em 7 abril de 2016 a DGT comunicou à Caixa a retificação para mCve. 161.341 do montante assumido das bonificações referentes ao período entre 2004 e 2008 e que as bonificações de crédito à habitação relativas ao período de 2013 a 2015 que totalizam mCve. 279.812 serão confirmadas e validadas mediante a inserção no sistema informático de controlo e monitorização do crédito bonificado. Existem ainda bonificações reclamadas referentes a outras linhas e ainda não confirmadas e validadas pela DGT que ascendem a mCve. 11.061.

   Adicionalmente, em 6 de abril de 2016 a DGT enviou à Caixa uma proposta de pagamento da dívida respeitante às bonificações de crédito à habitação entre 2004 e 2012, no montante de mCve. 520.931, em 18 prestações anuais de mCve. 28.941. Não obstante a proposta não incluir qualquer remuneração, o que implicaria o reconhecimento de uma perda pelo efeito financeiro, de acordo com informações do Conselho de Administração as negociações com a DGT irão prosseguir com o objetivo de fixar uma forma de pagamento mais favorável para a Caixa. Face ao exposto não nos é possível concluir quanto ao valor de realização dos saldos de bonificações a receber em 31 de dezembro de 2015.

7. Desde 2013 a Caixa tem vindo a receber em dação em pagamento de créditos vencidos alguns imóveis, os quais conforme descrito na Nota 13 foram registados por valores significativamente superiores ao valor líquido contabilístico dos respetivos créditos na data das dações. Estes imóveis incluem um hotel com um valor de balanço de mCve. 251.672 cujo valor de avaliação foi determinado com base no custo de construção do imóvel, um conjunto de terrenos para construção no montante de mCve. 602.879 avaliados em 2014 no pressuposto do seu potencial construtivo, não existindo contudo nenhum plano ou estudo aprovado para o efeito, e ainda outros edifícios com um valor de balanço líquido de imparidade de mCve. 326.702, um dos quais por concluir (mCve. 125.606) e outros apresentando sinais de degradação.

   Considerando o acima descrito relativamente à natureza e estado dos imóveis, aos pressupostos considerados na sua avaliação e à ausência de perspetivas concretas quanto à sua alienação, não nos é possível quantificar o acréscimo necessário nas perdas por imparidade para ativos recebidos em dação registadas nas contas da Caixa.

8. Em 31 de dezembro de 2015, a Caixa apurou Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a recuperar no montante de mCve. 1.019. Em resultado da análise à estimativa preparada pela Caixa, apurámos um montante de imposto a pagar de, aproximadamente, mCve. 58.025. Segundo informações prestadas pelo Conselho de Administração, esta diferença resulta do entendimento da Caixa sobre o tratamento fiscal de alguns rendimentos na sequência de contactos mantidos com a Administração Fiscal. Em resultado desta situação, o resultado líquido encontra-se sobreavaliado e o imposto a pagar encontra-se subavaliado em, aproximadamente, mCve. 59.000.

9. Em 31 de dezembro de 2015 a carteira de crédito da Caixa inclui um conjunto de créditos concedidos que apresentam indícios de imparidade nos termos definidos na Nota 2.2(d), incluindo prestações vencidas de capital e juros, para os quais as estimativas de cobrabilidade refletidas na imparidade individual registada assentam essencialmente na recuperação dos imóveis/terrenos recebidos em hipoteca e na expectativa de uma evolução favorável da situação financeira de alguns devedores. No entanto, para um conjunto relevante desses imóveis/terrenos, a Caixa não obteve relatórios de avaliação atualizados elaborados por peritos avaliadores independentes, e para outros créditos não existe atualmente evidência que permita confirmar as expectativas da Caixa de evolução favorável da situação financeira dos devedores. De referir que já no início de 2016, conforme descrito na Nota 33 concretizou-se a dação de um conjunto adicional de terrenos, tendo esta operação sido considerada na determinação da imparidade de crédito com referência a 31 de dezembro de 2015.

   Por outro lado, não obstante a Caixa ter vindo a aperfeiçoar o seu modelo de determinação de imparidade coletiva, nomeadamente ao nível da metodologia e procedimentos de apuramento de alguns fatores de risco, existem ainda algumas inconsistências ao nível da classificação das operações e da identificação e cálculo de perdas por imparidade de créditos reestruturados, incluindo situações de capitalização de juros abatidos ao ativo e consolidação de dívida. O Conselho de Administração da Caixa tenciona continuar a implementar um conjunto de medidas de melhoria no modelo de imparidade com vista à resolução destas situações durante o exercício de 2016.

   Face ao exposto não nos é possível quantificar o acréscimo nas perdas por imparidade para crédito concedido registadas pela Caixa em 31 de dezembro de 2015 que resultaria da resolução das situações acima descritas.

Opinião com reservas

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 acima e exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 7 a 9 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado e o outro rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Ênfase

11. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação: Em janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRPC) que incorpora um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que respeita à dedutibilidade de custos com imparidade de crédito. Na preparação da estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Caixa considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à matéria acima indicada e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio da Caixa em 31 de dezembro de 2015.

Lisboa, 15 de abril de 2016

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.